



Universidade Católica Portuguesa

Centro Regional das Beiras – Pólo de Viseu

Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

**O ASSOCIATIVISMO E A PARTICIPAÇÃO
CÍVICA DOS JOVENS EM MEIO RURAL**

CÁRINA ISABEL CASTRO TAVARES

Viseu, Outubro de 2011

Universidade Católica Portuguesa

Centro Regional das Beiras – Pólo de Viseu

Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

**O ASSOCIATIVISMO E A PARTICIPAÇÃO
CÍVICA DOS JOVENS EM MEIO RURAL**

CÁRINA ISABEL CASTRO TAVARES

Dissertação de Candidatura ao grau de Mestre
em Serviço Social, apresentada à Universidade
Católica Portuguesa, Pólo de Viseu sob a
orientação da Prof. Doutora Maria Olívia Dias.

Viseu, Outubro de 2011

AGRADECIMENTOS

Ao realizar esta dissertação muitas pessoas e associações foram envolvidas e contribuíram de diversas formas para a elaboração do presente trabalho. Apesar de uma dissertação aparentemente parecer um trabalho solitário ao finalizar esta investigação e mais uma etapa na minha vida, tenho consciência plena que muitas pessoas intervieram na investigação e cada uma à sua maneira contribuiu para este trabalho estar finalizado.

Por tudo isso, destaco, agradeço e expresso os meus agradecimentos:

Ao meu marido Hélder pela compreensão e paciência nos momentos que andei ocupadíssima não lhe prestando a atenção necessária, mas também pelo empenho dele de quando lhe pedia ajuda sempre se mostrou disponível ajudando-me, dando-me dicas e também motivação para continuar.

Aos meus pais Júlia e António que desde o início da minha vida académica me incentivaram para continuar e nunca parar, tenho consciência que se não fosse o apoio deles não seria a pessoa que sou hoje.

À minha orientadora Prof. Doutora Olívia a minha gratidão por ter aceiteado esta tarefa e também pela sua contribuição imprescindível e o seu empenho e disponibilidade desde o início da dissertação.

Não posso deixar de agradecer o empenho e a disponibilidade de todas as Associações, nomeadamente a Associação Filarmónica Cultural e Recreativa de Nagoselo do Douro, o Rancho Folclórico Nossa Senhora das Neves de Soutelo do Douro, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ervedosa do Douro, a Associação Filarmónica de Tarouca, a Associação Cultural e Recreativa “Flor de Sabugueiro” e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca, o meu sincero obrigado aos dirigentes/presidentes e todos os intervenientes, pois sem eles esta investigação não se poderia realizar.

A todos o meu muito Obrigado.

RESUMO

Esta dissertação tem como tema “O associativismo e a participação cívica dos jovens em meio rural”. Com este tema pretendeu-se alcançar o seguinte objectivo geral: *“analisar o impacto do associativismo na participação cívica dos jovens em meio rural”*. Para alcançar este objectivo e outros objectivos específicos, formulamos a seguinte hipótese geral: *“o associativismo é um dos principais factores com influência na participação cívica dos jovens em meio rural”*. Para melhor testar esta hipótese foram criadas cinco hipóteses específicas: os jovens que fazem parte de associações possuem características positivas tais como: solidariedade, confiança e tolerância na relação com os outros; existem relações positivas no respeito uns pelos outros, não existindo nos jovens associados a superioridade individual; os jovens associados têm compromissos cívicos que os levam a cumprir os seus deveres, tais como votar, confiança nos políticos e no país, porque têm uma atitude relacionada com capital social mais significativa; os motivos que levam os jovens ao associativismo prendem-se com o facto de reconhecerem que as expectativas e as oportunidades esperadas são alcançadas; o associativismo proporciona aos jovens satisfação e bem-estar na sua vida pessoal.

Para conseguir concretizar esta investigação, propusemo-nos estudar seis associações, três do Concelho de São João da Pesqueira e três do Concelho de Tarouca, mais concretamente duas associações de ranchos folclóricos, duas associações de bandas filarmónicas e duas associações de bombeiros voluntários.

A investigação deste tema foi realizada através de inquéritos por questionários aos associados das associações atrás referidas com idades compreendidas entre os 18 e 25 anos.

O estudo permite concluir que o associativismo tem alguns impactos nas vidas dos jovens, na participação política o impacto não é verificado, contudo numa vertente mais pessoal e envolvente com a sociedade verifica-se impactos positivos, nomeadamente na preocupação com o outro e com a sociedade e ainda a importância significativa que a associação tem na satisfação da vida pessoal e na felicidade do jovem associado.

Palavras-chave: Associativismo, Participação Cívica, Capital Social, Cidadania, Jovens em Meio Rural.

SUMMARY

This essay has as theme “The associativism and civic participation on young people across rural environment”. By approaching this theme we intended to reach the following goal: “analyze the impact of associativism in the civic participation of young people on rural areas”. To reach this and other specific goals, we generate the overall assumption: “the associativism is one of the major factors with influence on civic participation for young people in rural environment. In order to get results from this test, five specific conjectures were created: the young people, who make part of associations, have positive characteristics, such as: solidarity, confidence and tolerance towards other people; there are positive relationships concerning the respect towards each other, which means that there are no individual superiority among these young people; the young who belongs to associations have civic commitment, which take them to fulfil their duties, like, vote, confidence in a political system and in their country, because they have a significant attitude towards the social-capital; the motives that take young people to the associativism are related to the fact of recognizing that the expectations and the expected opportunities are reached; the associativism provides satisfaction and personal stabilization to the young people.

In order to perform this investigation, we studied six associations, three from São João da Pesqueira County and other three from Tarouca, more specifically two folklore associations, two philharmonic bands and two volunteered fire fighters associations.

The research of this theme was performed through surveys of questionnaires, and the associated were in ages between 18 and 25 years old.

The study allows to conclude that the associativism has some impact in young’s life, although the impact on political participation was not verified. Nevertheless, on a personal aspect and involving society, positive impacts are verified, namely on the concern with the next and with the society, and also the significant importance that the association has on personal satisfaction and happiness on young’s associated life.

Keywords: Associativism, Civic Participation, Social Capital, Citizenship, Young on Rural Environment.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
SUMMARY	V
ÍNDICE.....	VI
ÍNDICE DE TABELAS	VIII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	X
ÍNDICE DE FIGURAS	X
INTRODUÇÃO.....	11
1 - ASSOCIATIVISMO	14
1.1. Retrospectiva histórica do associativismo em Portugal.....	14
1.2. Conceito de Associativismo.....	19
2 - PARTICIPAÇÃO CÍVICA	25
2.1. Capital Social.....	25
2.1.1. Antecedentes históricos do capital social.....	26
2.1.1.1. Alexis de Tocqueville.....	26
2.1.1.2. Émile Durkheim	28
2.1.1.3. Georg Simmel.....	30
2.1.2. Os três fundadores da teoria do Capital Social	31
2.1.2.1. Pierre Bourdieu.....	31
2.1.2.2. James Coleman.....	32
2.1.2.3. Robert Putnam	35
2.2. Conceito de Comunidade Cívica	37
2.3. Conceito de Cidadania	40
3 - ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA DOS JOVENS.....	46
3.1. As Características da Juventude	46
3.2. Os Jovens, o Associativismo e a Participação cívica.....	50
4 – METODOLOGIA.....	56
4.1. Pergunta de partida	56
4.2. Definição dos objectivos.....	57
4.3. Definição das hipóteses	59
4.4. Definição das variáveis	61

4.5. Desenho da Investigação	62
4.5.1. Tipo de Estudo	62
4.5.2. A População	63
4.5.3. Características das Associações	63
4.5.4. A técnica de colheita de dados	69
4.5.5. Tratamento de dados	70
5 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA EMPÍRICA.....	71
5.1. Descrição dos resultados.....	71
5.2. Análise das hipóteses	93
5.2.1. Relação entre personalidade dos jovens e comunidade	94
5.2.2. Percepção de relações e superioridade individual.....	95
5.2.3. Relação entre a percepção dos compromissos cívicos e os deveres dos jovens	97
5.2.4. Relação entre o associativismo e as expectativas.....	104
5.2.5. Relação entre o associativismo e a satisfação	107
CONCLUSÃO.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
APÊNDICE	123

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Características do Antigo e do Novo Paradigma.....	18
Tabela 2 - Origens do Associativismo Mutualista.....	20
Tabela 3 - Diferenças entre empresa e associação	23
Tabela 4 - Associativismo e cultura cívica.....	53
Tabela 5 – Sexo	71
Tabela 6 – Idade	72
Tabela 7 - Estado civil.....	72
Tabela 8 - Ocupação profissional dos inquiridos	72
Tabela 9 - Profissão	73
Tabela 10 - Desempregado: Profissão Anterior	73
Tabela 11 - Habilitações literárias	74
Tabela 12 - Hábitos de leitura.....	74
Tabela 13 - Tipo de leitura	75
Tabela 14 - Importância da Religião	75
Tabela 15 - Vê televisão	75
Tabela 16 - Programas televisivos.....	76
Tabela 17 - Acesso à internet	76
Tabela 18 - Frequência de utilização da internet.....	77
Tabela 19 - Está inserido nalgum partido político.....	77
Tabela 20 - Motivos que o levou a integrar um partido político	78
Tabela 21 - Votou nas últimas eleições	78
Tabela 22 - Frequência que discute assuntos políticos.....	79
Tabela 23 - Tem confiança no futuro do País.....	79
Tabela 24 - Posso contribuir para um futuro melhor do País	80
Tabela 25 - Opinião sobre o contributo que os jovens podem dar	81
Tabela 26 - A associação que frequenta	82
Tabela 27 - Tempo que frequenta a associação	82
Tabela 28 - Integra mais de que uma associação.....	83
Tabela 29 - Nome de outras associações que integra	83
Tabela 30 - Distribuição dos motivos que levam a fazer parte da associação.....	84
Tabela 31 - Expectativas ao integrar a associação	85
Tabela 32 - Quais eram as expectativas.....	85
Tabela 33 - Opinião dos Jovens em relação á sua personalidade	86
Tabela 34 - Opiniões sobre o civismo e a participação cívica.....	87
Tabela 35 - Oportunidades que os jovens têm para se associarem.....	88
Tabela 36 - A sua maneira de ser mudou ao integrar a associação	89
Tabela 37 - Satisfação da vida pessoal	90
Tabela 38 - Influência da associação na felicidade e no bem-estar.....	90
Tabela 39 - Vantagens e Desvantagens de integrar uma associação.....	91
Tabela 40 - Vantagens de integrar uma associação	92
Tabela 41 - Desvantagens de integrar uma associação.....	93

Tabela 42 - Como descreve a sua personalidade em relação às pessoas/comunidades em que está envolvido?	94
Tabela 43 - Opinião sobre as relações e o respeito pelos outros em relação á superioridade individual	96
Tabela 44 - Motivos que o levou a integrar um partido político	98
Tabela 45 - Frequência com que discute assuntos políticos	99
Tabela 46 - Nível de confiança no futuro do País	99
Tabela 47 - Votou nas últimas eleições * Frequência que discute assuntos políticos..	101
Tabela 48 - Tem confiança no futuro do País * Posso contribuir para um futuro melhor do País	102
Tabela 49 - Motivos que levaram a integrar a associação	105
Tabela 50 - Expectativas alcançadas	105
Tabela 51 - Expectativas Iniciais.....	106
Tabela 52 - Satisfação da vida pessoal	107
Tabela 53 - Grau de influência da associação na felicidade e bem-estar	107

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - O envelhecimento da população da União Europeia (15) entre 2000 e 2020	50
Gráfico 2 - Âmbito de acção das associações e a distribuição destas por áreas.....	54
Gráfico 3 - Áreas ocupacionais das associações juvenis	54
Gráfico 4 - Afluência nas últimas eleições	98
Gráfico 5 - Contributo para um melhor futuro do País.....	100
Gráfico 6 - Opinião em relação aos compromissos cívicos.....	103

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Relação entre indivíduos numa estrutura fechada	34
Figura 2 - Relação entre indivíduos numa estrutura aberta	34

INTRODUÇÃO

O associativismo é um processo que acompanha o ser humano há alguns séculos, os indivíduos de várias faixas etárias associam-se para vários motivos, por diversão, por lazer, por gostos em comum, para concretizar objectivos, para resolver algum problema, entre outros motivos que iremos pormenorizar nesta dissertação.

Também os jovens se envolvem no associativismo procurando lazer ou procurando amizades ou procurando realizar os seus sonhos, certamente cada um deles deve ter um motivo para se integrar numa associação.

Já alguns autores se debruçaram sobre o tema associativismo, como por exemplo a Sofia Correia no seu livro “*Capital Social e Comunidade Cívica, O Circulo Virtuoso da Cidadania*” onde compara níveis de capital social de dois grupos populacionais que residem no Bairro de Caselas; também o autor Pedro Moura Ferreira que através de um artigo *Associações e Democracia* publicado na revista *Sociologia, Problemas e Práticas*, mostra um estudo realizado a nível nacional sobre se o associativismo faz alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses; a Federação Nacional das Associações Juvenis tem a sua importância uma vez que apesar de também ter realizado alguns estudos sociológicos sobre as associações, regulamente e contabiliza as associações juvenis inscritas na Federação.

Estes autores foram as referências mais directas para um maior interesse sobre este tema, contudo pensa-se que será importante e essencial existir uma investigação mais abrangente e aprofundada sobre o associativismo dos jovens em meio rural, onde as referências bibliográficas são ainda muito deficitárias.

Nas zonas rurais existem associações recreativas e não recreativas, como por exemplo, bandas filarmónicas, ranchos folclóricos, bombeiros voluntários, entre outras,

assim nesta dissertação, pretende-se investigar qual o impacto do associativismo na participação cívica dos jovens em meio rural.

Esta investigação inicia com a parte teórica que tem como objectivo enquadrar o tema, desenvolve-lo e explica-lo. Abordamos assim no primeiro capítulo uma retrospectiva histórica do associativismo em Portugal e o conceito de associativismo, pretende-se abordar como as associações têm feito parte da vida dos cidadãos ao longo dos anos, ao mesmo tempo que se define o conceito de associativismo nas suas vertentes. No segundo capítulo referimo-nos à participação cívica e outros conceitos tais como: capital social, comunidade cívica e cidadania. O terceiro capítulo dedica-se à compreensão da temática da juventude relacionando-a com a participação cívica e o Associativismo.

O quarto capítulo descreve a metodologia, assim é realizada através de um estudo quantitativo e descritivo com o objectivo de investigar qual a influência do associativismo na participação cívica dos jovens em meio rural. Tendo como pergunta de partida a seguinte: em que medida o associativismo tem ou não impacto na participação cívica dos jovens em meio rural? Os objectivos são os seguintes: objectivo geral: analisar os impactos que o associativismo tem na participação cívica dos jovens em meio rural; objectivos específicos: 1) identificar os principais motivos que levam os jovens a integrar uma associação; 2) verificar se a integração dos jovens numa associação os ajuda no dever dos compromissos cívicos; 3) verificar se o facto de os jovens pertencerem a uma associação os torna mais sensíveis em relação ao respeito pelo outro e pela sociedade; 4) avaliar se a pertença a uma associação torna os jovens mais solidários, tolerantes e confiantes.

O estudo incide em seis associações diferentes e em dois concelhos distintos, assim as associações serão uma Banda Filarmónica, um Rancho Folclórico e uma Associação

de Bombeiros do Concelho de São João da Pesqueira e as mesmas associações do Concelho de Tarouca, sendo ambos os concelhos do distrito de Viseu. Será aplicado um questionário aos jovens associados com idade entre 18 e 25 anos.

Esperando que com esta investigação se consiga alcançar os objectivos propostos, tendo consciência da insuficiência bibliográfica em relação ao associativismo nos jovens em meio rural, contudo aguardando que este estudo seja o início de outros estudos que se complementem.

1 - ASSOCIATIVISMO

Tendo esta dissertação como tema “O Associativismo nos Jovens em Meio Rural”, achou-se por bem fazer uma pequena retrospectiva histórica do associativismo em Portugal.

O Homem, como único ser racional conhecido é talvez, por isso o mais complexo da criação, daí naturalmente a capacidade que ele foi desenvolvendo no sentido de compreender e estabelecer fronteiras entre o simples desejo de se afirmar por si só, isto é, de se separar do seu grupo e fazer valer os seus direitos de indivíduo e de se integrar nesse grupo, para prosseguir objectivos e satisfazer necessidades somente em associação poderá alcançar. (Rosendo, 1996: 37)

Assim, pretende-se demonstrar neste capítulo que o indivíduo em muitas alturas da sua vida tem tendência a associar-se e tal como refere Vasco Rosendo os indivíduos necessitam de cumprir com os seus objectivos de vida e muitas das vezes só conseguem concretizá-los em associação.

1.1. Retrospectiva histórica do associativismo em Portugal

Em Portugal, as associações começaram a ter a sua devida importância com o aparecimento das primeiras associações mutualistas, concretamente na transição do Antigo Regime para a Sociedade Liberal, estas associações eram de carácter simplesmente solidário. *Contudo, antes desta época, o associativismo em Portugal não foi fácil a sua implementação, existiam nesta altura já algumas corporações que foram extintas por um decreto de lei de 7 de Maio de 1834 e que ficou a cargo das Confrarias e das Misericórdias criadas pela D. Leonor a assistência aos mais necessitados do*

nosso país. Neste tempo não havia qualquer apoio ou incentivo a iniciativas particulares o que faz com que deixassem de existir quase totalmente as corporações.
(Rosendo, 1996: 274)

Desta maneira, é de realçar uma iniciativa privada de um grupo de homens que com grande esforço e empenho foram os pioneiros do associativismo mutualista em Portugal, este acontecimento registou-se ao longo século XIX, mais concretamente a partir da década de 40. Assim na primeira metade do século XIX quase que a totalidade de associações em Portugal era de natureza sindicalista, contudo só na década de 50 do século XIX é que as associações expressivas da classe operária tiveram a sua devida importância.

O movimento mutualista, como já acentuamos, nasceu do resultado da falta de mecanismos de protecção social, sentida sobretudo ao nível das classes médias (funcionalismo, profissões liberais, comerciantes, fabricantes, etc.) e que congregou indivíduos de todas as classes sociais, em consequência da incapacidade da monarquia liberal, com o apelo a um individualismo selvagem, de preencher o vazio deixado pelo desaparecimento da organização corporativa do trabalho. (Rosendo, 1996: 275)

A evolução do associativismo teve o seu auge entre o período de 1850 e 1880 em que nesta altura surgiram inúmeras associações, estas faziam lembrar as antigas corporações extintas, eram constituídas por trabalhadores e também patrões abrangendo assim todas as classes sociais, estas definiam os seus estatutos e os seus objectivos, como também o valor das cotas pagas pelos sócios e o valor dos subsídios. Dá-se de seguida o exemplo da Associação Tipográfica Lisbonense e Artes Correlativas fundada em 25 de Julho de 1852 e aprovada por alvará em 2 de Outubro de 1958:

A Associação tem por fim:

1º Desenvolver, aperfeiçoar e tratar de todos os melhoramentos das artes e profissões que têm nela ingresso;

2º Tratar dos seus associados, quando enfermos ou impossibilitados para o trabalho;

3º Subsidiar os sócios em caso de prisão até à sentença, quando esta não impuser algumas das penas maiores do código penal; no caso contrário perderá todos os seus direitos;

4º Fazer, com a possível decência, os funerais aos sócios ou concorrer para eles. (Rosendo, 1996: 281)

Assim as pessoas associavam-se para fazer valer os seus direitos laborais, pois tinham consciência que isolado seria muito mais difícil de resolver os seus problemas.

Contudo não existia um registo do número de associações existentes em Portugal, só a partir de 1875 com a publicação do Anuário Estatístico é que se iniciou o tratamento estatístico das associações mutualistas. Mas segundo a autor Vasco Rosendo este tratamento era limitado, pois só se confinavam a publicar o número de associações de cada distrito, ignorando a importância das associações na vida nacional.

Em 1927, quando a responsabilidade do Anuário Estatístico passou a ser da competência do Ministério das Finanças é que foram registados dados como o número de sócios inseridos em cada associação, contudo esquecendo-se ainda de mencionar indicadores relevantes como por exemplo os subsídios cedidos aos sócios, a assistência médica e medicamentosa.

Nos fins da década de 50 e início da década de 60 do século XX as pessoas tendem a mobilizar-se por interesses pessoais resultando grupos de estruturas mobilizadoras de recursos, oportunidades e estratégias, assim esta acção colectiva resulta da utilidade que

uma associação poderá trazer aos seus membros, sendo a utilidade a mais variada, desde económica, social ou lazer.

Poderão as experiências de mobilização colectiva, nomeadamente no campo associativo, dotar-se de um sentido de solidariedade que conduza à recriação de laços sociais e à manutenção da coesão social? (Monteiro, 2004: 118)

Se até ao século XIX, a maioria das associações eram de natureza sindicalistas, a partir dos meados do século XX os indivíduos começaram a associar-se por outras razões, nomeadamente para satisfazer as necessidades de carácter social e melhorar as condições de vida da comunidade onde estão inseridos.

Sendo assim, surge a ideia de “interesse comum”:

Nomeia-se como tal o tipo de bem que, uma vez criado, se torna acessível a todos os membros do grupo que dele podem usufruir independentemente de terem ou não participado da sua produção ou de terem pago o seu preço. (Monteiro, 2004: 120)

Desta maneira, se uma ideia individual é pouco visível e pouco influenciável, logo, um interesse ou ideia de várias pessoas torna-se muito mais evidente, importante, beneficiando assim de mais consequências que a nível individual seriam impraticáveis.

Começa assim a emergir um novo paradigma de associativismo e a partir da década de 70 do século XX as associações e os movimentos sociais que daí resultavam começam a ter a sua devida importância. Estes grupos voluntários iniciavam-se através de uma ideia ou interesses comuns tendo como valores sociais a solidariedade e a obrigação moral de agir em comum com a disciplina colectiva.

Tendo a sua importância os movimentos estudantis em Maio de 1968, a partir da década de 70 verificam-se então novas formas de manifestação como por exemplo os movimentos pacifistas, ecologistas, libertação da mulher, entre outros.

De seguida, apresenta-se uma tabela com as diferenças entre o antigo e novo paradigma:

Tabela 1 - Características do Antigo e do Novo Paradigma

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DOS DOIS PARADIGMAS		
	«ANTIGO PARADIGMA»	«NOVO PARADIGMA»
Actores	Grupos sócio-económicos agindo no interesse do grupo e implicados no conflito pela redistribuição	Grupos sócio-económicos não agindo como tal
Reivindicações	Crescimento económico e distribuição; segurança social e militar; controlo social	Preservação da paz, do ambiente, dos direitos do Homem e de uma organização do trabalho não alienante
Valores	Liberdade e segurança do consumo privado, progresso material	Autonomia da pessoa e identidade, enquanto que opostas ao controlo centralizado, etc..
Modos de Acção	a) interno: organização formal, associações representativas de grande tamanho b) externo: intermediação pluralista ou corporativista dos interesses; competição entre partidos políticos, lei da maioria	a) interno: estrutura informal, espontaneidade, fraco grau de diferenciação horizontal e vertical. b) externo: acções protestativas fundadas sobre exigências formuladas em termos sobretudo negativos

(Fonte: Claus Offe, in Fillieule et Péchu in Associativismo e Novos laços Sociais, 2004:123)

Assim segundo o autor Alcides Monteiro (2004:155) *embora alguns autores defendam que estamos a vivenciar uma sociedade cada vez mais individualista, segundo algumas estatísticas disponíveis existe uma evolução positiva considerável num enorme universo de países.*

Na verdade, o conjunto do sector associativo não está em crise. O número de associações nunca foi tão importante como hoje. (Jacques cit. Monteiro 2004: 155)

Em Portugal têm vindo a crescer as denominadas Associações de Desenvolvimento Local (ADL), Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL) e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) estas associações distribuem-se por todo o país, algumas fundadas por pessoas singulares outras por entidades colectivas centrando a sua actividade em três tipos: cultura, desporto e lazer; saúde e serviços sociais.

Nas zonas rurais, também têm vindo a crescer este tipo de iniciativas, nomeadamente as associações de solidariedade social, contudo verifica-se que

associações de carácter cultural e recreativo têm tido o seu crescimento e a sua importância para a população local, onde os jovens têm intervindo em grande número.

1.2. Conceito de Associativismo

Como foi verificado anteriormente, o conceito associativismo teve influências de outros conceitos, como o mutualismo, o sindicalismo, cooperações e como é óbvio o conceito de associação. Iremos neste sub - capítulo definir o conceito de associativismo e outros conceitos que engloba a palavra.

Segundo Manuela Coutinho (2003:30): *a revolução industrial do século XVIII foi um sector responsável pelo aparecimento de novas filosofias económicas e políticas.* Ou seja, iniciaram-se intervenções organizadas de maneira a protegerem-se contra a incapacidade para o trabalho, a perda de rendimentos, a obtenção de melhores salários e melhores condições de trabalho.

Os movimentos de associativismo – voluntários e independentes do Estado – que se sabe terem surgido até então como reacções, polarizadas, à pobreza e à incapacidades para o trabalho, com um cariz predominantemente caritativo e assistência, surgem agora organizados e procuram criar, através de mecanismo de solidariedade, meios de protecção na doença, na velhice e no desemprego, através, muito especialmente, de associações de socorros mútuos. (Coutinho, 2003:30)

Contudo, muito antes da Revolução Industrial, o conceito de associação já se fazia sentir, certamente ainda não nos moldes que se hoje conhecem, mas muitas já tinham alguns objectivos em comum com as associações da actualidade. Apresentamos de seguida uma tabela como exemplo da origem do associativismo.

Tabela 2 - Origens do Associativismo Mutualista

GUILDAS	<p>SÉCULO VII – Surgidas no Norte da Europa como centros de convívio inspirados nos rituais de ODIN. Eram associações de defesa mútua e religiosa que prosseguiram fins de assistência mútua em caso de doença, incêndio...</p> <p>SÉCULO XIV – graças ao desenvolvimento da indústria manufactureira, a estruturação e funcionamento das Guildas obedecia já a princípios marcadamente democráticos e assemelhava-se, em quase tudo, às corporações de ofícios.</p>
CONFRARIAS	<p>SÉCULO VII – Criadas por monges Franciscanos, dominicanos, cistercienses e clunícenses, eram associações destinadas a incrementar o culto público, sem exclusão das obras de caridade. Designavam-se como: <i>irmandades, fraternidades, confraternidades, congregações, uniões ou associações.</i></p> <p>Em Portugal a primeira confraria remonta ao século XII: Confraria de N^a Senhora de Silva Porto. As Misericórdias, que surgiram um pouco na sua continuidade, foram instituídas no século XV pela Rainha D. Leonor.</p>
CORPORAÇÕES DE OFÍCIOS (MESTERES)	<p>SÉCULO XII – Surgidas neste século, as corporações tornam-se organizadas como associação profissional no século XIII, com a chegada dos ofícios (<i>métiers</i>) à direcção das cidades e a sequente criação de manufacturas. A sua histórica identifica-se profundamente com a das cidades, uma vez que os delegados dos <i>mesteres</i> chegaram a deter todo o poder municipal.</p>
MONTES DE PIETÀ	<p>Originários dos Monti de Pietà italianos, em 1458, surgiram em Ascoli, como uma obra de carácter estritamente religioso e social, inspirada na caridade cristã e promovida pelos franciscanos.</p>
SINDICALISMO	<p>Surgido em 1845, no movimento operário francês⁵², quando os trabalhadores se viram forçados a unir-se de novo, perante a crise do trabalho que então se registou, e buscaram na “associação” um compromisso para a solução dos seus problemas.</p> <p>Na sua concepção original, foi sobretudo um movimento operário que reivindicou a abolição do capitalismo e do Estado e que pretendia a organização da sociedade em associações de produtores.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 1845 – existiam em Paris 11 sindicatos. ▪ 1852-1860 – criou-se a União do Comércio e da Indústria. ▪ 1860-1867 – Criação de Associações de Crédito Mutualista de Solidariedade Mecânica.

(Fonte: Elementos Adaptados de Rosendo, 1996 in Economia Social em Portugal, 2003: 31)

Como já foi referido no subcapítulo anterior, os anos 70 do século XX foram impulsionadores de muitas manifestações e também foram criadas várias associações, pois a emergência do associativismo está relacionada com as condições sociais da sociedade industrial.

Contudo, nos anos 90, a organização da sociedade civil amplia-se e diversifica-se, e surge entidades designadas por Terceiro Sector, sujeitos colectivos actuam onde o estado não consegue actuar. *Entre os actores da sociedade civil estão os movimentos sociais e as organizações não-governamentais, que lutam pela resolução de problemas*

sociais, ampliação dos direitos políticos e da consciência da cidadania. Estas associações reúnem indivíduos interessados em efectivar a sua condição de cidadãos de uma forma activa, isto é, que pretendem agir e intervir na sociedade procurando, deste modo, transformá-la. (Coelho, 2008:4)

Como se verifica ao longo dos tempos e na actualidade vários autores definem o conceito de associativismo e associação, de seguida apresentamos mais uma definição retirada de uma enciclopédia¹.

O termo associação designa uma espécie do género de «corporações», de entidades colectivas constituídas por um conjunto de pessoas com vista à persecução de um interesse comum. (Albuquerque, 1998: 722)

Verificamos assim que segundo o autor Albuquerque define associação com um grupo de pessoas com interesses comuns, no Novo Dicionário de Sociologia o autor Mitchell (1998: 43) define também associação como: *um processo quer uma entidade. O processo diz respeito a vários indivíduos que interagem para um fim específico ou para uma série de objectivos. A entidade é uma organização que se mantêm juntos em virtude de um conjunto de regras por todos reconhecidas que regulam o seu comportamento recíproco em ordem a um fim específico ou uma serie de objectivos.*

Mais uma vez verificamos que para existir uma associação tem de existir objectivos comuns entre os intervenientes, contudo também é importante existirem regras para existir uma maior eficiência da associação.

No contexto de um dicionário² também encontramos o conceito de associação e associar: *Associação acto ou efeito de associar, união entre muitas pessoas para um determinado fim; Associar união em sociedade, tornar sócio, ajuntar, ligar, inscrever-*

¹ Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira da Cultura – Edição Século XXI.

² Dicionário da Língua Portuguesa 6ª Edição.

se, conviver, cooperar, reunir-se, tomar parte, ser compatível. (Costa, Melo, 1987: 169/170)

A autora Sandra Coelho cita Dominique Mehl (2008:5) e afirma que o associativismo: *contribui para uma nova dinâmica política nas colectividades locais. O movimento associativo tem um papel específico na regulamentação social, responde a funções sociais particulares (...) As associações assumem revelo em termos de reestruturação de redes de sociabilidade, que passa pela criação de novas formas de sociabilidade.*

Em 2001 foi editado em Portugal o *Guia para o Associativismo*, neste guia encontramos a definição de Associativismo: *o associativismo é a expressão organizada da sociedade, apelando à responsabilização e intervenção dos cidadãos em várias esferas da vida social e constitui um importante meio de exercer a cidadania.* (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e Instituto para o Desenvolvimento Social, 2001: 5)

Com esta definição, entendemos que o associativismo é uma expressão de acção social das comunidades, uma expressão de liberdade e de vida democrática, pois os cidadãos têm direito a manifestarem-se em várias acções da sociedade contribuindo para a sua liberdade democrática e ao mesmo tempo expressam a sua cidadania.

A importância e o valor do associativismo decorre do facto de constituir uma criação e realização viva e independente, é uma expressão da acção social das populações nas mais variadas áreas (...) É uma escola de vida colectiva, de cooperação, de solidariedade, de generosidade, de independência de humanismo e cidadania. (Pinho, 2007)

Actualmente, é comum alguns cidadãos confundirem uma empresa com uma associação, devido ao motivo de que muitas associações exigem uma gestão

empresarial, mas é importante compreender que uma empresa e uma associação têm diferenças muito significativas. Apresentamos de seguida uma tabela que demonstra as diferenças entre uma empresa e uma associação.

Tabela 3 - Diferenças entre empresa e associação

Empresa	Associação
1. Tem por objectivo produzir e/ou vender um produto, fazer lucro e distribuí-lo;	1. Tem como fim prestar um serviço, resolver problemas sociais, desenvolver potencialidades, valorizar os seus associados, reinvestir socialmente eventuais receitas e proveitos realizados em prol de todos os associados e da população.
2. Para uma empresa o que conta, em termos de representatividade, é a força económica e o investimento do sócio;	2. Na associação cada associado tem um voto;
3. Uma empresa é constituída e permanece enquanto desenvolve uma actividade economicamente rentável;	3. Uma associação é uma emanção da vontade popular que traz benefícios sociais aos seus associados, vive e renasce permanentemente pela vontade de sucessivas gerações de associados anónimos, cuja força motora é a resposta a problemas locais, à melhoria da qualidade de vida, a participação popular, o exercício profundo da democracia;
4. As empresas não têm acesso ao estatuto de utilidade pública.	4. As associações têm acesso ao estatuto de utilidade pública que assegura um conjunto de benefícios fiscais às associações.

(Tabela adaptada por Pinho, 2007)

Assim, uma associação tem personalidade jurídica, com objectivos de entajuda e cooperação, e esses objectivos estão confirmados nos estatutos, e os regulamentos determinam as regras de comportamento dos associados.

O Guia para o Associativismo refere ainda que o associativismo deve reger-se por três princípios:

1. De Liberdade: a adesão a uma associação é livre, tal como é livre a saída do movimento associativo;

2. De Democracia: o funcionamento de uma associação baseia-se na equidade entre os seus membros, traduzida na expressão «um associado, um voto»;

3. De Solidariedade: as associações resultam sempre de uma congregação de esforços, em primeiro lugar dos fundadores e depois de todos os associados.

(Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e Instituto para o Desenvolvimento Social, 2001: 5)

Se inicialmente todas as associações são formadas da mesma maneira, ou seja, um grupo de pessoas decide criar uma associação e é obrigatório esta possuir estatutos, regulamentos para que os objectivos comuns a todos os associados sejam concretizados, a finalidade da associação pode ser o mais variado possível, pois existem associações culturais, recreativas, desportivas, estudantes, defesa dos animais, defesa do ambiente, entre muitas outras.

Em suma, concluímos que o associativismo assume funções de capital social, nomeadamente no exercício de democracia e de cidadania.

2 - PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Para conceptualizar os conteúdos deste capítulo recorre-se ao conceito de capital social, comunidade cívica e cidadania.

Também vários autores se pronunciaram sobre estes conceitos e actualmente são temas que suscitam interesse para investigações e debates. Assim, de seguida iremos abordar por um lado os antecedentes históricos do capital social, e, por outro desenvolver os conceitos referidos a partir da teoria dos fundadores do conceito do capital social, Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putman.

2.1. Capital Social

O conceito de capital social ao longo dos tempos sofre algumas alterações e é obvio que cada autor o define á sua maneira, contudo actualmente a maioria dos cidadãos já ouviu falar sobre esse conceito, mas se se pedir uma definição, às vezes pode tornar-se difícil elaborá-la. Se se relacionar o capital social com o capital económico, o económico adquire a forma de dinheiro, moedas, propriedades móveis e imóveis, assim o capital social transforma-se nas normas e valores partilhados pelos indivíduos numa sociedade.

Podemos, assim, definir capital social como o conjunto de elementos constituintes de uma sociedade, comunidade ou organização que aumentam a sua eficácia, por facilitarem a acção conjunta dos indivíduos na realização de objectivos comuns. Estes elementos assumem a forma de normas, redes sociais, confiança generalizada, reciprocidade; e de valores como a tolerância e a solidariedade. (Correia, 2007:66)

2.1.1. Antecedentes históricos do capital social

A teoria do capital social é influenciada pelos autores que destacam que os seres humanos são seres bastante sociais e que estudam esse relacionamento, nos antecedentes históricos são: Alexis de Tocqueville (1805-1859), Emílie Durkheim (1858-1917) e Georg Simmel (1858-1918).

2.1.1.1. Alexis de Tocqueville

Para o autor Tocqueville é inato o relacionamento entre os seres humanos, logo estes têm necessidades de partilharem ideias, assuntos e trabalharem em conjunto. No seu livro “ Da Democracia na América” destaca a vida associativista dos americanos, nomeadamente afirma que o associativismo é importante para o funcionamento da sociedade. Numa sociedade democrática, os cidadãos devem defender a liberdade, para existir uma igualdade unânime, muitas vezes é difícil explicar a um indivíduo que as suas ambições pessoais, podem ser ambições da comunidade, (...) *mas se se tiver que construir uma estrada que passe junto à sua residência, ele verá imediatamente que existe uma relação entre este pequeno assunto público e as suas maiores preocupações privadas, descobrindo, assim, sem que ninguém tenha que lho mostrar, o laço estrito que une nesse caso o assunto particular ao interesse geral.* (Tocqueville, 2002: 599)

Por isso, é bastante importante incumbir o espírito de administração de pequenos assuntos que os cidadãos possam resolver, visto que são do interesse de todos e incutir também o sentido de responsabilidade para obter o objectivo de que todos esperam.

As liberdades locais, que levam um grande número de cidadãos a valorizar o afecto dos seus vizinhos e próximos, conduzem portanto à aproximação constante dos

homens, apesar dos instintos que os separam, e obriga-os a entreajudarem-se.
(Tocqueville, 2002: 599)

Este autor dá o exemplo dos cidadãos dos Estados Unidos onde refere que as pessoas com mais posses económicas não se isolam do povo, tentam diariamente uma aproximação e socialização, pois estes têm consciência que os ricos precisam dos pobres e vice-versa.

Tocqueville refere ainda que é irrealizável o governo responder a todas as necessidades do seu povo, assim, este tem necessidade de se associar para realizar essas necessidades, sendo assim, o associativismo é um meio para alcançar os objectivos comuns da comunidade, levando a cabo actividades que os indivíduos conseguem ter capacidades para as alcançar.

Assim, o país mais democrático da Terra é precisamente aquele onde, nos nossos dias, os homens mais aperfeiçoaram a arte de perseguirem conjuntamente o objectivo dos seus desejos comuns e onde aplicaram este novo saber ao maior número possível de assuntos. Isto será accidental ou existirá efectivamente uma relação necessária entre as associações e a igualdade? (Tocqueville, 2002: 602)

Nos países democráticos, onde os cidadãos são cada vez mais individualistas, são ao mesmo tempo fracos e sem poder, pois só não conseguem fazer mudanças na sociedade, assim é importante aprenderem a ajudar-se mutuamente.

Tocqueville refere ainda que as associações num povo democrático são muito difíceis de trabalhar, visto que comparando-as com uma sociedade aristocrática esta pode formar uma associação com bastante poder visto que todos os seus membros, mesmo sendo poucos, têm poder e influência; num povo democrático são necessários muitos associados para existir algum poder.

É importante realçar que existe semelhanças na teoria de Putman e Tocqueville, Tocqueville dá bastante importância ao acesso de informação, nomeadamente os jornais como meio de divulgação à participação e acção colectiva: *Geralmente isso só se pode fazer, de forma cómoda, por meio de um jornal; só um jornal consegue transmitir simultaneamente um mesmo pensamento a mil espíritos diferentes.* (Tocqueville, 2002: 608).

Como já se referiu, uma associação com algum poder tem de ter bastantes associados, contudo eles podem viver distanciados uns dos outros e não sociabilizarem diariamente, desta maneira é necessário descobrir algo que os una e os ponha em contacto.

Precisam de descobrir um meio de se falarem sem se verem e de chegarem a um acordo sem terem de se reunir. É por isso que nenhuma associação democrática pode dispensar um jornal. (Tocqueville, 2002: 608)

É de referir que a teoria do autor Putman teve influências de vários autores, contudo é a Tocqueville que este recuperará esta teoria da importância aos jornais e das estruturas sociais de cooperação.

2.1.1.2. Émile Durkheim

O autor Durkheim defende que o interesse individual não põe a sociedade a funcionar, aborda que deve existir várias estruturas sociais de solidariedade social para que o indivíduo viva em concordância. O autor opõe-se a um Estado centralizado, defendendo a criação de diversos grupos sociais com o objectivo de mediador entre o indivíduo e a sociedade.

Uma nação apenas se pode manter se se intercalar entre o Estado e os particulares toda uma série de grupos secundários que estejam bastante próximos dos indivíduos para os atrair fortemente para a sua esfera de acção e para os arrastar deste modo na torrente geral da vida social. (Durkheim, 1977:38)

Deste modo, as instituições ou associações sociais têm bastante importância na regulamentação desses grupos, visto que se não existirem numa comunidade, essa é como se não tivesse um porta-voz que defenda os seus interesses.

A ausência de qualquer instituição corporativa cria portanto, na organização de um povo como o nosso, um vazio de que é difícil avaliar a sua importância. É todo um sistema de órgãos necessários ao funcionamento normal da vida comum que nos falta. (Idem, 1977:39)

O autor ainda faz a comparação entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas, alegando que nas sociedades tradicionais a solidariedade origina das semelhanças entre os indivíduos e os valores que defendem. Nas sociedades modernas devido à crescente divisão do trabalho a solidariedade é originada por perderem a sua auto-suficiência, contudo existe sempre uma interdependência e complementaridade. Ou seja, os indivíduos formam grupos não por aquilo que lhes é semelhante a nível de princípios ou de parentesco ou amizade, mas sim porque têm actividades sociais ou laborais em comum.

Com efeito, os indivíduos agrupam-se aí não já de acordo com as suas relações de descendência, mas segundo a natureza particular da actividade social a que se consagram. O seu meio natural e necessário não é já o meio natal, mas sim o profissional. (Idem, 1977:212)

Para o autor, uma sociedade organizada define-se quando cada indivíduo tem uma funcionalidade na comunidade e para atingirem as suas necessidades existe uma

solidariedade entre todos, daí resultando funções complementares. Essa solidariedade é chamada pelo autor de solidariedade mecânica, visto que a divisão social do trabalho origina a solidariedade orgânica, mas a evolução das sociedades motiva a solidariedade mecânica.

2.1.1.3. Georg Simmel

O autor Simmel relaciona a teoria do capital social como uma rede de interações formada pela sociedade. Para a explicação destas interações, o autor refere formas sociais e conteúdos, sendo os conteúdos os objectivos e necessidades individuais que levam os indivíduos a associarem-se, as formas sociais são a forma pela qual os indivíduos se organizam na sociedade, formando grupos variados.

Para Simmel, a sociedade existe a partir de interações, da consciência dessa interação, de uns para com e contra os outros. (Tedesco, 2007:58)

Simmel refere ainda que o facto de os indivíduos viverem em conjunto ou se organizem entre si é uma necessidade expressa por estes, refere ainda que esta necessidade não é natural, é originada por reciprocidade.

São as necessidades e objectivos dos indivíduos que os unem em sociedade, sendo como esses objectivos e necessidades originam formas de sociabilidade em “interacção espontânea” que preocupa Simmel. (Simmel cit. Correia, 1971:37)

Desta maneira, para o autor Simmel cada indivíduo vê o outro como um colega e não como um indivíduo, e através deste pensamento que origina automaticamente varias formas de sociabilidade entre todos.

Para Simmel, tudo está ligado a tudo. Essa sua visão de mundo permite perceber fenómenos e ideias se relacionando, movendo-se, contorcendo para todos os lados,

extraindo-se e interiorizando-se, como redes e relações, analogias e afinidades a caminho dos fundamentos espirituais e de seus sentidos mais profundos e simbólicos.

(Vandenberghe cit. Tedesco, 2007:58)

2.1.2. Os três fundadores da teoria do Capital Social

Como já verificamos a teoria do capital social é abordada por vários autores, cada um com a sua opinião, contudo é através desses antecedentes históricos e dessas influências que se originam novas teorias sobre o capital social.

2.1.2.1. Pierre Bourdieu

Para o autor Pierre Bourdieu, o capital social é o resultado de uma pertença a um grupo, ao pertencer a esse grupo o indivíduo irá criar várias ligações entre os indivíduos e quanto mais ligações existirem, mais o benefício próprio é maior, visto que está a acumular capital social. O autor refere ainda que para a reprodução de capital social são necessários empenhos por parte dos cidadãos, ou seja troca de experiências e reconhecimentos.

Para Bourdieu o capital social é um conjunto de recursos detidos pelos indivíduos em resultado da sua pertença a um grupo ou grupos. (Bourdieu cit. Correia, 2007:76)

Assim para Bourdieu o capital social pode assumir três vertentes: capital económico é convertido em moedas ou nos direitos de propriedade; o capital cultural que se verifica nas habilitações académicas e o capital social que é visível nas ligações sociais de cada indivíduo.

Para a acumulação dos capitais atrás referidos o indivíduo tem de ter: *estratégias de investimentos, individuais ou colectivas, conscientes ou inconscientes, destinadas a estabelecer ou a reproduzir relações sociais que são directamente utilizáveis no curto ou longo prazo.* (Bourdieu cit. Correia, 2007:77)

Bourdieu refere ainda que para que estas três formas de capital social funcionem tem de se ter em conta três dimensões: volume de capital social, estrutura do capital e evolução do volume e estrutura do capital. Assim o autor explica que *deste modo cada um possui um lugar próprio no espaço social, de acordo com o volume total de capital que detém, com a estrutura desse capital e com a evolução no tempo do volume e estrutura do mesmo.* (Bourdieu cit. Correia 2007:77)

Para finalizar, ao autor Bourdieu define o conceito de capital social como um valor obtido e trabalhado pelo cidadão para seu benefício e não para uma finalidade comum da sociedade.

2.1.2.2. James Coleman

O autor James Coleman em 1984 encontra o conceito de capital social num equilíbrio entre a economia e a sociologia, ou seja, o autor refere que é necessária a confiança para um êxito de uma empresa, mas nesta altura ainda não referia o conceito de capital social. Defende que ao existir confiança inter-empresas, estas podem beneficiar ao especializarem-se em diferentes fases ou serviços, visto que ganham apoio umas das outras e intercâmbio de conhecimentos.

É em 1988 que o autor refere pela primeira vez o conceito de capital social num artigo publicado no *American Journal of Sociology* com o seguinte nome “Capital Social na criação de Capital Humano”.

O capital social, tal como o capital físico e o capital humano, é produtivo encontrando-se entre as pessoas e entre as organizações, ou seja na estrutura de relações entre actores. (Coleman, 1988: 98)

Assim, o autor ao definir o conceito de capital social aborda também o capital humano e o capital físico pois são produzidos pelos indivíduos ou pelas organizações. Desta maneira, o capital humano resulta do aumento das capacidades dos indivíduos, o capital social origina alterações e acções entre os indivíduos.

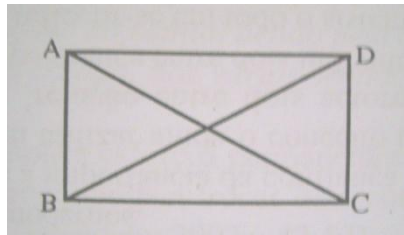
Coleman refere ainda que a informação disponível para os indivíduos é uma forma de capital social ao afirmar que: *a informação é importante providenciando uma base para a acção. (Coleman, 1988: 104)*

Este autor considera que os principais elementos do capital social são a confiança, estruturas sociais, obrigações e normas, que faz com que os cidadãos vivam com alguma segurança nas suas comunidades, contudo poderá induzir à diminuição da liberdade, sendo deste modo as normas mais negativas em vez de produzir capital social. Contudo o autor destaca as normas positivas, aquelas que faz os cidadãos agirem em prol de um objectivo comum e não em interesse individual.

Para Coleman existem estruturas sociais que auxiliam o crescimento de capital social, ou seja, estruturas fechadas e estruturas abertas. Para facilitar melhor a explicação das estruturas seguem-se de seguida duas figuras.

Na figura 1 ilustra-se uma estrutura fechada, as letras A, B, C e D são pontos da rede e cada um identifica e detém capital social, as linhas são as relações entre os indivíduos, assim segundo o autor Coleman (1988:107): *só o encerramento do círculo da estrutura social permite a constituição de obrigações e expectativas e a existência de normas efectivas.* A figura 1 mostra que existe capital social entre todos os cidadãos, interpretando assim uma rede mais eficiente.

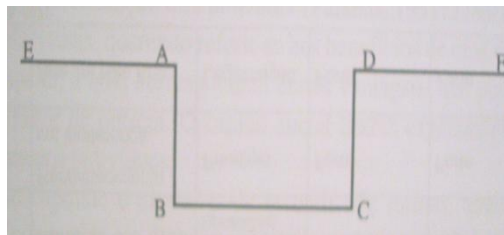
Figura 1 - Relação entre indivíduos numa estrutura fechada



(Fonte: Correia, 2007:80)

A figura 2 representa uma estrutura aberta, que para o autor é uma rede menos eficiente, nesta rede cada ponto tem capital social contudo não estão ligados entre si e não se contactam, ao não se contactarem não existe uma relação entre os indivíduos e não se tem conhecimento se cumprem as obrigações expectativas esperadas.

Figura 2 - Relação entre indivíduos numa estrutura aberta



(Fonte: Correia, 2007:80)

É a partir desta rede menos eficiente que o autor em 1988 refere a destruição do capital social, refere que a família e a comunidade local são os principais factores de capital social, mas com a importância cada vez mais reduzida destes factores e dando mais importância ao Estado e às empresas traz consequências negativas ao capital social.

Obviamente que houve alguns autores que criticaram o facto de Coleman defender que as redes fechadas são mais eficientes porque os outros autores consideram que se tornam comunidades sufocantes.

Para concluir, Coleman identificou os seguintes componentes do capital social: confiança, estruturas sociais, obrigações (reciprocidade) e normas.

2.1.2.3. Robert Putnam

Para o autor Robert Putnam, que é um dos autores que deu mais visibilidade ao conceito de capital social através dos seus estudos sobre a participação cívica em Itália e nos Estados Unidos. Na sua obra *Making Democracy Work, Civic Traditions in Modern Italy* em 1993, obra esta onde apresenta os seus estudos sobre o desempenho dos governos regionais, ou seja, o autor investigou o sucesso e o insucesso de governos democráticos desde o início dos anos 70 até aos finais da década de 80. Concluiu que apesar de as regiões da zona norte e da zona sul possuírem quase os mesmos recursos financeiros, os governos regionais do norte satisfaziam os objectivos dos seus cidadãos, enquanto os governos regionais do sul não conseguiam cumprir essa meta.

O autor verifica assim duas hipóteses: uma a modernidade sócio - económica e a outra a comunidade cívica. Em relação à modernidade sócio-económica analisa que existem fortes relações entre o compromisso cívico, igualdade política, valores (solidariedade, a confiança e a tolerância) e estruturas sociais de cooperação. Através destes indicadores verifica que nas regiões mais desenvolvidas existe mais participação política e mais associações cívicas, desta maneira, os cidadãos estão mais activos e seguem os assuntos cívicos na comunicação social. Nas regiões menos cívicas o autor refere que os cidadãos até usufruem do seu direito/dever de voto mas não por interesse social e político, mas sim devido às redes hierárquicas de patrão-cliente.

Em relação à comunidade cívica, o autor averigua de que forma as normas e redes de civismo originam um bom governo, assim o autor faz um estudo dos vários regimes desde a Itália Medieval. O autor conclui que em 1970 existe uma distribuição de normas

cívicas exímias, as regiões do sul que antigamente eram governadas pelos Normandos³ são em 1970 as regiões menos cívicas, contrariamente na mesma altura, as regiões do norte que em 1300 eram o coração da república são hoje as regiões mais cívicas. Desta maneira, Putnam defende que o contexto histórico e social é importante para constituir uma sociedade rica em capital social.

É nesta obra que apresenta uma definição de capital social: *as características da organização social, que podem melhorar a eficiência da sociedade facilitando acções coordenadas.* (Putnam, 1993: 167)

O capital social na perspectiva de Putnam não é uma atitude individual, mas sim uma qualidade da sociedade e é produtiva, contudo este conceito adquiriu a característica de neutralidade, visto que cada indivíduo poderá usá-lo para concretizar os seus objectivos independentemente de quais são.

O autor (1993:177) refere que o capital social são *círculos virtuosos com equilíbrios sociais elevados de cooperação, confiança, reciprocidade, compromisso cívico e bem-estar colectivo.*

Robert Putnam dá ainda bastante importância à confiança social, às redes e à reciprocidade para o conceito de capital social. A confiança social é uma medida importante para a eficácia dos governos democráticos devido ao envolvimento cívico. O autor refere que os cidadãos que fazem parte de associações têm um maior nível de confiança do que aqueles que não se associam, contudo, o autor não consegue determinar se esta confiança gera participação ou se vice-versa. As redes e reciprocidade são componentes para a eficiência da sociedade visto que: *as redes envolvem (quase por definição) obrigações mútuas, elas não interessam como meros*

³ Os Normandos foram um povo medieval estabelecido no norte da França, a sua aristocracia descendia em grande parte de Vikings da Escandinávia . Eles desempenharam um importante papel político, militar e cultural na parte norte e mediterrânea da Europa Medieval e Oriente Médio, colonizando a Normandia, a Conquista Normanda da Inglaterra, o estabelecimento de estados na Sicília e sul da península Itálica e as Cruzadas. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Normandos>)

“contactos”. Redes de envolvimento comunitário fomentam robustas normas de reciprocidade: Eu farei isto por ti agora, na expectativa de que tu (ou talvez outra pessoa) retribua o favor. (Putnam cit. Correia, 2000: 20)

Para finalizar é necessário afirmar que apesar do autor associar o capital social à participação política, é necessário saber distinguir que a participação política refere-se às relações com instituições políticas e o capital social é as relações entre os cidadãos. Assim, o envolvimento cívico é a ligação dos cidadãos com os assuntos políticos e o envolvimento com a sua comunidade.

2.2. Conceito de Comunidade Cívica

Em relação à comunidade cívica, podemos definir a comunidade⁴ *como grupo de organismos interdependentes que partilham o mesmo meio ambiente e interactuam.*

O conceito de comunidade pode ser uma organização, uma região, um bairro, um grupo de activistas, ou seja, resumidamente é um conjunto de indivíduos que têm interesses em comum além da dimensão que possa ter (regional ou mundial).

Para o autor Robert Putnam uma comunidade cívica tem de ter particularidades específicas: *os círculos virtuosos resultam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, envolvimento cívico e bem-estar colectivo. Estas características definem a comunidade cívica. (Putman, 1993: 177)*

O autor invoca que uma comunidade cívica tem de ter quatro dimensões: 1) compromisso cívico; 2) igualdade política; 3) solidariedade, confiança e tolerância; 4) estruturas sociais de cooperação. Assim, as comunidades mais cívicas são aquelas que mais participam activamente nos conteúdos cívicos e nas associações locais. O autor

⁴ Dicionário da Língua Portuguesa da Texto Editora

Robert Putman explica este conceito através da investigação realizada nas regiões Norte e Sul da Itália. Foi através deste estudo que o autor se empenhou para definir e comprovar o desempenho de uma comunidade cívica, tendo como variáveis o número de associações numa determinada região, leitura de periódicos diariamente, votação em eleições preferenciais e participação em referendos.

A comunidade cívica está ligada a várias acções e à participação dos cidadãos na vida de uma comunidade, que se pode definir:

Uma comunidade cívica pode ser caracterizada idealmente como um espaço político – territorial circunscrito, composto de cidadãos dispostos e capazes de participar da vida pública em nas suas diferentes dimensões. (Fernandes, 2000:71)

O simples facto de mostrar interesse pelas causas públicas da sua comunidade já é um indício de virtude cívica. É importante reflectir que uma comunidade cívica pode conter conflitos, pois cada cidadão tem uma opinião acerca de um determinado assunto, o que pode causar disputa de ideias.

Contudo estas disputas de ideias e eventualmente os conflitos são uma característica de um bom funcionamento de uma comunidade cívica: *o bom funcionamento de uma sociedade civil pressupõe liberdade de imprensa, opinião, reunião, pluralismo, protecção da privacidade, cidadania autónoma e esfera pública privada.* (Dias, 2005:75)

Para existir uma comunidade cívica é necessário que os indivíduos tenham inserido na sua personalidade uma participação cívica e para essa característica existir são necessários quatro contextos importantes: a família, a escola, o meio profissional e a comunidade local/global. É no seio da família que o individuo aprende inicialmente os valores e algumas normas cívicas, assim sendo a família transforma-se num dos principais responsáveis na formação cívica dos indivíduos.

É no contexto familiar que se alicerçam atitudes de aceitação da diferença e de tolerância, ou pelo contrário se transmitem os primeiros sentimentos de discriminação e intolerância. Os indivíduos que aprendem a cooperar na família, tenderão a buscar soluções para os problemas colectivos da comunidade através da cooperação. (Correia, 2007:111)

Em relação à escola é neste contexto que o sistema escolar tem um papel importante nos comportamentos dos indivíduos e dos grupos. Pois é na escola que muitos indivíduos têm o primeiro contacto com outras culturas, construindo assim um conjunto de valores que lhes possibilitam uma boa comunicação entre todos.

O meio profissional também tem a sua importância no capital social dos indivíduos, poderá evidenciar-se na maior ou menor flexibilidade das actividades profissionais, contudo as próprias empresas ou instituições puderam ou não possuir valores cívicos e morais. O trabalho em equipa poderá ajudar na promoção e melhoramento das relações entre colegas e a existência de uma cooperação intra e inter - empresas daria lugar a uma competição saudável, promovendo a eficácia e a eficiência destas.

No que diz respeito à comunidade local/global a autora Sofia Correia (2007: 126/132) divide este conceito para se explicar melhor: *em promoção da igualdade, a descentralização e participação cívica e o papel dos movimentos sociais.*

A promoção da igualdade e a desenvolvimento de direitos sociais é um rumo importante para a diminuição das desigualdades. *A educação, a saúde e a segurança social, constituem direitos fundamentais para a promoção da igualdade e, portanto, para o desenvolvimento de comunidades cívicas, pois são os direitos sociais que garantem aos cidadãos condições mínimas para o exercício da cidadania. (Correia, 2007:127)*

A descentralização e a participação cívica aumentam as competências políticas dos indivíduos promovendo no dia-a-dia melhores decisões e a gestão dos seus diferentes interesses. O associativismo pode ter um papel importante no aumento do capital social e da comunidade cívica, pois as associações puderam tomar um papel de mediadoras entre a sociedade civil e o Estado e em alguns momentos substituir o Estado em algumas funções.

Por último, o papel dos movimentos sociais têm vindo a conquistar a sua importância na sociedade, expressando-se com mais evidência nas diferentes manifestações, como por exemplo, manifestações anti-globalização ou manifestações ambientais. Assim, estes movimentos chamam à atenção para alguns assuntos de interesses nacionais ou mundiais, fazendo muitas das vezes pressão sobre a política existente, alertando assim a opinião pública e desta maneira promover a participação cívica.

2.3. Conceito de Cidadania

De uma maneira informal e prática podemos definir cidadania como um conjunto de direitos e deveres que o cidadão tem para com a sociedade onde habita. É um conceito que abrangente e que levanta muitas questões a quem se pronuncia sobre ele.

A cidadania (o status civitatis dos Romanos) é o vínculo jurídico-político que, traduzindo a pertinência de um indivíduo a um Estado, o constitui perante este num particular conjunto de direitos e obrigações. (Ramos, 1998: 1224)

Como verificamos, a cidadania na era dos Romanos já se pronunciava sobre os direitos e obrigações de que um indivíduo possui para um Estado, contudo este conceito

foi evoluindo e actualmente a cidadania é muito mais de que só direitos e obrigações.

Para Barbalet (1989:11) a cidadania: *define os que são e os que não são membros de uma sociedade comum. Mas o facto de um indivíduo viver em comunidade não faz dele logo um cidadão, é necessário cumprir os direitos e deveres da cidadania.*

O problema de quem pode exercer a cidadania e em que termos não é apenas uma questão do âmbito legal da cidadania e da natureza formal dos direitos que ela implica. (Barbalet, 1989:11)

Actualmente, vivemos numa sociedade em que temos uma igualdade de cidadania, contudo diariamente deparamo-nos com situações de desigualdades sociais e económicas, porém esses cidadãos mais desfavorecidos podem lutar pelos seus direitos de cidadania para uma melhor qualidade de vida. Apesar de no século XIX as desigualdades sociais serem bastante debatidas por Karl Marx onde afirmava que nem todos os cidadãos eram favorecidos pela cidadania, visto que nessa altura quem praticava cidadania era caracterizado por uma pessoa de *status* superior (posição, categoria), *os que são desfavorecidos pelo sistema de classes não podem participar, na prática, na comunidade da cidadania à qual legalmente pertencem como membros.* (Barbalet, 1989:13)

Mas voltando ao conceito de cidadania o autor Barbalet (1989:12) refere que: *a cidadania pode ser descrita como participação numa comunidade ou como a qualidade de membro dela. Tipos diferentes de comunidade política dão origem a diferentes formas de cidadania.*

Assim, num estado democrático moderno a cidadania era apenas o exercício de voto, contudo com a expansão da cidadania e com a modernidade das sociedades a cidadania passou a ser muito mais do que uma escolha para um processo eleitoral.

A generalização da cidadania moderna através da estrutura social significa que todas as pessoas, como cidadãos, são iguais perante a lei e que, portanto nenhuma pessoa ou grupo é legalmente privilegiado. (Barbalet, 1989:13)

O autor Barbalet no seu livro “A Cidadania” aborda também os direitos de cidadania: direitos civis e direitos sociais. Assim, os direitos de cidadania são os direitos das pessoas dentro de uma sociedade, os direitos exigem deveres, mas os direitos de cidadania são como obrigações ou deveres que o Estado tem para com os seus cidadãos.

Os direitos civis, que são um direito permissivo do cidadão, ou seja, ele tem liberdade de escolher esses direitos, pois vão definir a sua personalidade e o seu dia-a-dia, assim: *os direitos civis incluem não só direitos de propriedade e de contrato, mas também direito á liberdade de pensamento e de expressão, à prática da religião e de reunião e associação. (Barbalet, 1989:37)*

Os direitos sociais são serviços garantidos pelo Estado: *os direitos sociais fortemente individualistas, dizem respeito aos indivíduos como consumidores e não como agentes. (Barbalet, 1989:38)* Existem claramente diferenças entre os dois direitos, visto que os direitos civis definem o que o cidadão pode fazer como indivíduo numa sociedade, os direitos sociais definem o que é que o cidadão pode beneficiar ao fazer parte dessa sociedade. Barbalet (1989:38) também aborda estas diferenças da seguinte maneira: *Para que as pessoas actuem como cidadãos tem de haver liberdades que o Estado não pode invadir e portanto acções que ele não pode empreender; para que as pessoas consumam como cidadãos, o Estado deve proporcioná-lo, e é portanto obrigado a empreender certas acções específicas.*

Actualmente alguns autores continuam a debater uma questão pertinente sobre a cidadania, relativamente em relação a uma equidade social, pois se para existir cidadania o Estado tem de fornecer um conjunto de direitos e deveres aos cidadãos,

como já foi referido, contudo com a modernidade dos estados, põe-se em causa até que ponto todos os cidadãos têm a mesma possibilidade e oportunidade de direitos e deveres. Como refere o autor Adrián Gurza Lavalle (2003:91) *há mais de uma década vêm se avultando do descompasso entre a concepção tradicional da cidadania e a capacidade do Estado para promover a equidade e para garantir a universalidade de direitos já cristalizados.*

Esta discussão irá continuar, pois desde sempre existiram desigualdades sociais, contudo cada indivíduo tem de procurar e exercer a sua cidadania da melhor maneira possível, e ao mesmo tempo combater as desigualdades sociais.

O desafio enorme reside em encontrar novos modelos que possibilitem não apenas preservar defensivamente a equidade, mas ampliá-la com efectividade universal sem abrir a mão da diferença. (Lavallo, 2003:92)

O autor Adrián Gurza Lavalle apesar de abordar e referir que muitas das vezes a cidadania não é completamente realizável devido às desigualdades sociais afirma que: *a cidadania tornou-se fulcro de articulação entre a legitimidade, a identidade e a integração social.* (Lavallo, 2003:89)

As autoras Conceição Nogueira e Isabel Silva referem ainda que a cidadania não deve ser descrita como um “pacote” de direitos e deveres. As autoras afirmam que a cidadania deve ser definida como “práticas”.

Desta forma, deixaria de ser uma mera noção legal ou política, chamando a atenção para as bases em que se fundamenta: a desigual distribuição dos recursos na sociedade e a desigualdade permanente entre pessoas e grupos sociais. (Nogueira; Silva, 2001:7)

As autoras abordam a cidadania como práticas pois ao ser vista assim, não é visualizada apenas como direitos e obrigações, mas sim como *forças sociais que podem*

permitir o exercício dessas práticas. (Nogueira; Silva, 2001:7) Mencionam ainda que a cidadania existe, mas o seu potencial deve ser aumentado pois desafia as injustiças.

A cidadania é composta por direitos e responsabilidades ao mesmo tempo que interage entre os indivíduos e a sociedade. *A cidadania é um estatuto que medeia a relação entre o indivíduo e a comunidade política, ao mesmo tempo que fornece as bases para as interações entre os indivíduos dentro da sociedade.* (Nogueira; Silva, 2001:90)

As autoras Conceição Nogueira e Isabel Silva abordam no seu livro “Cidadania” a ideia de *educar para a cidadania*, defendem que os cidadãos devem conhecer e por em prática os seus direitos e ressaltar os seus interesses individuais.

Ensinar ou formar para a cidadania tendo por base valores sociais comuns, promovendo a participação individual, seria importante para formação de cidadãos independentes, autónomos, que participam nas instituições democráticas e são actores dos seus próprios destinos. (Nogueira; Silva, 2001:101)

As autoras referem ainda que esta ideia da educação para a cidadania é de extrema importância para os jovens, pois estes têm necessidades de saber quais são os seus direitos e as suas responsabilidades como cidadãos.

Em suma, as autoras afirmam: *acreditamos ser possível, ainda, uma educação para e pela cidadania, neste mundo globalizado, palco de múltiplas identidades e espaços de participação. O conceito de cidadania deve ser equacionada em termos de prática democrática ao nível dos contextos locais e concretos (...) Formar e educar para a cidadania, através de práticas locais, de participação individual e colectiva nos espaços de intervenção social envolventes, pode ser exercitado na escola e em todos os locais de vida dos cidadãos.* (Nogueira; Silva, 2001:106)

Para concluir, a cidadania é um conjunto de direitos que o cidadão dispõe ao viver na sociedade, o simples facto de ir votar e de escolher o governo que pretende governar o seu país é um direito de cidadania, contudo é importante referir que a cidadania para ser autêntica também tem um conjunto de deveres ou responsabilidades que o cidadão deve cumprir. Também é necessário que o cidadão conheça e tenha consciência dos seus direitos e deveres e das desigualdades sociais existentes, tendo como *princípios de vida a paz, harmonia, o respeito e a tolerância* (Nogueira; Silva, 2001:106), sendo estes essenciais para uma boa prática de cidadania.

3 - ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA DOS JOVENS

Sendo esta dissertação direccionada para o ciclo de vida da juventude achou-se importante caracterizar a nível psicológico e social esta faixa etária de maneira a que consigamos compreender as atitudes e os pensamentos dos jovens em relação à participação cívica e ao associativismo, até porque a investigação empírica se dirige aos jovens associados.

3.1. As Características da Juventude

O conceito de juventude não é uma noção que sempre existiu como por exemplo de conceito de criança, é uma noção que ao longo dos tempos foi sofrendo alterações. *Até ao século XIX este conceito era quase desconhecido ou mesmo inexistente, pois quando a idade da infância terminava o passo seguinte era a idade adulta. Só com a solidificação da era industrial é que o conceito de juventude começou a ter uma importância significativa.* (Federação Nacional das Associações Juvenis in www.fnaj.pt)

Deste modo, começaram a existir vários autores que estudaram e estudam a condição juvenil, é importante investigar o que é ser jovem, a nível social e psicológico, assim pretendemos nos parágrafos seguintes aprofundar a noção de juventude nos parâmetros mencionados.

A chave para compreender o jovem, é partir do próprio mundo onde está situado. Só descobrindo estes ambientes e o contexto psicológico e social que os envolve é que poderemos dar um juízo de valor aproximado, sobre a sua psicologia e sobre a sua escala de valores. (Hualde, 1989: 25)

Com o início da juventude, os jovens começam a ver situações e acontecimentos noutra perspectiva ou até mudarem as suas opiniões ou convicções, não porque é imposto directamente, mas sim devido a forças interiores que faz com que os jovens comecem a ver os factos e acontecimentos de maneira diferente devido ao crescimento da maturidade.

Segundo o mesmo autor (Hualde, 1989: 26) *podem existir atitudes latentes ou atitudes actualizadas, sendo que estas atitudes são expressões que constituem uma intenção, um conjunto de princípios ou seja, esta atitude demonstra a personalidade do jovem*. Contudo estas atitudes podem ser influenciadas por factores pessoais como as motivações do jovem: o interesse egocêntrico, a satisfação de necessidades primárias, a agressividade, a solidariedade, a defesa do território pessoal; o estado emocional e a experiência adquirida; por factores interpessoais, de grupo e socioculturais: a influência do grupo, o seu papel social, os preconceitos e as crenças; factores socioeconómicos e ainda por factores resultantes de tomadas de posições anteriores e de experiências já vividas.

Os jovens têm tendência a formarem um grupo ou a integrarem uma associação pois, o grupo oferece a este a possibilidade de aperfeiçoar as suas tendências sociais estando rodeado de indivíduos com gostos parecidos, assim a aceitação de um grupo e uma opinião favorável dos outros membros sobre si próprio torna-se como que o mais importante na sua vida.

O grupo diz ao jovem o que deve fazer, evitar, o que é aceitável e o que não é. É o meio que conhece melhor e é o contexto, se é aceite, no qual se sente mais cómodo. E, sem dúvida, não será se é individualista, se pensa só nele mesmo, se não se dá aos outros. Mas o grupo oferece-lhe os cristais através dos quais olha para o mundo. O grupo é a «sua vida». (Hualde, 1989: 125/126)

A juventude é um conjunto de várias transformações históricas, é uma construção social que vai sofrendo mutações através de várias influências da sociedade, a nível social e económico.

Entendida como um período de transição entre a infância e a vida adulta, a juventude define-se, não tanto, por limites claramente identificáveis, mas, fundamentalmente, por um conjunto de processos que medeiam a autonomização social dos indivíduos – percurso escolar, integração no mercado de trabalho, situação conjugal, residência, aquisição de direitos civis, políticos e sociais. (Abreu, 1995:15)

Actualmente, o conceito de juventude não é uma noção fácil de definir, pois existem vários factores que influenciam esta definição.

A condição juvenil do início do século XXI é bastante mais complexa do que há alguns anos atrás e as profundas transformações que se estão a produzir nas nossas sociedades são de uma profunda transcendência para os jovens. (Federação Nacional das Associações Juvenis in www.fnaj.pt)

Se há duas ou três décadas atrás, a escola/universidade, o emprego e o ambiente social eram factores de integração do jovem na vida social, actualmente isso já não é tão verificado, sendo uma faixa etária caracterizada por transformações, sendo estas, cada vez mais verificadas a curto prazo, ou seja, o acesso ao emprego é dificultado, mas quando é conseguido nem sempre é para “toda vida”, existe uma constante variação de emprego, a vida escolar ou universitária acompanha quase sempre o jovem mesmo empregado, estando (obrigatoriamente, dependendo dos casos) em plena formação continua e a autonomia do jovem irá adquirir-se cada vez mais tarde.

Isto traduz-se muitas vezes por um sentimento de fragilidade da sua situação, uma perda de confiança nos sistemas de decisão existentes e um certo desinteresse pelas

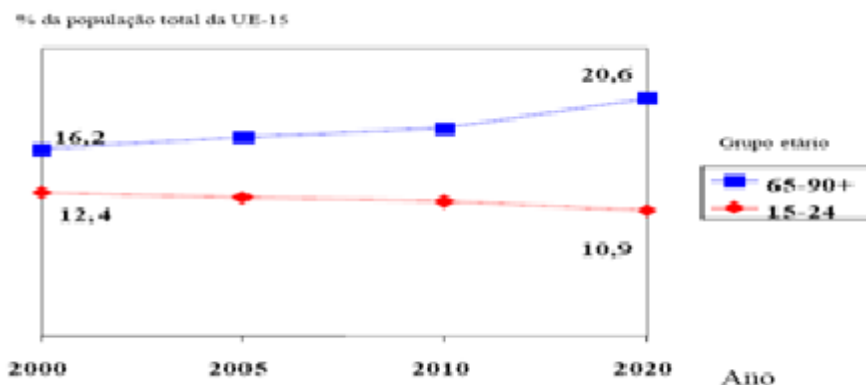
formas tradicionais de participação na vida pública mas também na participação nas organizações de juventude. (Comissão das Comunidades Europeias, 2001:4)

O dia-a-dia da maioria da juventude portuguesa é marcado por dificuldades variadas, devido a uma crise global que cada vez mais se reflecte diariamente nas suas vidas. Elevados níveis de desemprego, trabalho precário, dificuldades na sua emancipação, nomeadamente dificuldades variadas em aquisição de habitação própria e os bens materiais; a desvalorização do papel da família, onde o jovem apesar de sair cada vez mais tarde de casa dos progenitores, a ligação emocional/familiar existente é reduzida, limitando-se a uma relação solidária. Estas consequências delimitadas por várias dificuldades diminuem os desejos e objectivos que os jovens têm para a sua vida pessoal e profissional colocando a juventude portuguesa perante vários desafios que são cada vez mais difíceis de ultrapassar.

São simultaneamente a geração com mais acesso à educação e menos acesso ao emprego; mais acesso à informação e menos acesso ao poder; maior apetência para a sociedade de comunicação e opções de autonomia menores; maior aptidão para a mudança produtiva, contudo maior exclusão da mesma; maior autonomia moral e menor autonomia material. (Federação Nacional das Associações Juvenis in www.fnaj.pt)

É importante referir que a juventude actual está a sofrer consequências de uma evolução económica mundial, uma diversidade de culturas e desequilíbrios demográficos. É de salientar que existe um grande desequilíbrio entre as idades geracionais, fruto do envelhecimento da população e que isso trará mudanças sociais e económicas, de seguida apresentamos um gráfico que demonstra o envelhecimento da população ente 2000 e 2020.

Gráfico 1 - O envelhecimento da população da União Europeia (15) entre 2000 e 2020



(Fonte: Comissão das Comunidades Europeias, 2001:9)

Pede-se-lhes que inventem novas formas de relações sociais, novas formas de exprimir a solidariedade, de viver as diferenças e de as incorporar, no próprio momento em que surgem novas incertezas. (Comissão das Comunidades Europeias, 2001:4)

Em suma, a juventude portuguesa e europeia está a passar imensas dificuldades devido a uma crise económica que traz consequências a nível psicológico e social, no entanto esta juventude demonstra uma grande capacidade de adaptação às circunstâncias.

3.2. Os Jovens, o Associativismo e a Participação cívica

É na juventude que o jovem irá vivenciar e descobrir certos conceitos como a participação cívica, cidadania, capital social e os deveres e direitos que tem com a sociedade. Também é na juventude que o jovem irá mostrar e por em prática as suas convicções como por exemplo fazer parte de uma associação mostrando assim à

comunidade que o rodeia os seus gostos e objectivos ou fazendo o simples gesto de voto verificando-se assim que cumpre os seus deveres e direitos cívicos.

A cidadania é definida frequentemente com alguém que conhece bem os seus direitos e deveres e que cumpre com os seus deveres cívicos. Contudo para se cumprir com o referido é necessário primeiramente conhecer-se a si próprio, ou seja a sua identidade.

Esta cidadania que defende a autonomia do “cara”, implica o reconhecimento da afirmação de uma identidade, de uma vontade própria, de um poder de decisão.
(Franck cit. Pais, 2005: 55)

Ao longo dos tempos, mas mais na actualidade os jovens dão cada mais importância à sua imagem, é importante vestir um determinado tipo de roupa e comportar-se de uma determinada maneira, pois essa roupa e esse comportamento irá decidir o grupo a qual pertence. Ou seja, existe uma construção de imagem ligada à moda, contudo é importante referir que essa moda é investida e expressa a identidade do jovem. Existe cada vez mais a liberdade de usar o corpo e a moda como forma de se expressarem, mas será isso um problema para a cidadania?

Num cenário de forte reivindicação de direito ao uso livre do corpo, a cidadania problematiza-se cada vez mais nos domínios do self e da sexualidade, reflectindo-se a individualização da cultura. (Pais, 2005: 55)

Quando se refere a cidadania e jovens, os direitos sociais para estes são aqueles que mais interferem nos seus direitos individuais por exemplo os direitos de consumidores, contudo comportamentos e manifestações de rebeldia são formas de expressarem a sua cidadania.

Tradicionalmente, a cidadania é encarada como um conjunto de direitos, responsabilidades, obrigações, para um jovem da actualidade fortemente influenciado

por uma cultura individualista, é importante passar ao jovem a ideia que a cidadania é muito mais que obrigações, é essencial reconhecer que os movimentos juvenis que expressam a sua cultura são nada mais que fazer uso da sua cidadania de uma maneira livre e ao mesmo tempo repleta de direitos e de responsabilidades.

Em relação à sua participação cívica dos jovens, vem-se verificado que estes investem um pouco menos na sua participação social e política, não se pode dizer que os jovens são desinteressados na vida política e social pois demonstram grande interesse em promover a democracia e participar nas decisões políticas da sociedade.

Incube às autoridades públicas colmatar o fosso existente entre a vontade de expressão dos jovens e as modalidades e estruturas propostas pelas nossas sociedades, sob pena de alimentar o défice de cidadania, ou até de encorajar a contestação.
(Comissão das Comunidades Europeias, 2001:10)

Ou seja, é urgente mudar a maneira tradicional da participação cívica, reinventar outras modalidades de participação de maneira a acompanhar os jovens em plena mudança.

Em relação aos jovens e ao associativismo destacam-se dois estudos sociológicos, o do autor Pedro Moura Ferreira que através de um artigo *Associações e Democracia* publicado na revista *Sociologia, Problemas e Práticas*, realizado a nível nacional sobre se o associativismo faz alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses. A recolha de dados realizou-se em 2004 através de um inquérito a uma amostra representativa de jovens entre os 15 e os 29 anos, residentes em Portugal continental, sendo uma amostra de mil inquiridos. As variáveis que o autor usou foram as seguintes: as pertenças associativas; os efeitos benéficos do associativismo e as variáveis estruturais. Destacamos na tabela os resultados do associativismo e cultura cívica.

Tabela 4 - Associativismo e cultura cívica

Práticas	Sem pertença associativa		Pertença associativa	
	Média	%	Média	%
Participação eleitoral		33,9		47,5
Participação política *	1,0		1,4	
Participação comunitária (últimos 12 meses)		2,8		15,6
<i>Atitudes cívicas</i>				
Devo ser responsável e participar no melhoramento da sociedade		74,2		82,3
Trabalho voluntário na comunidade para resolução de problemas		56,3		62,9
Deveres cívicos**	6,3		6,9	
Deveres políticos **	5,3		5,9	
Deveres de solidariedade social **	5,2		5,4	
<i>Atitudes relacionadas com o capital social</i>				
Sente optimismo em relação ao futuro do país		23,9		27,8
Pode-se confiar na maioria das pessoas		20,7		28,0
Sentimentos de autoconfiança ***	2,1		2,5	
<i>Atitudes políticas</i>				
A democracia é a melhor forma de governo		68,6		75,5
Satisfação com a democracia		41,9		51,9
Desafecção política****	4		3,7	
Competência política****	2,6		2,9	
Interesse pela política		25,6		47,6

(*) Escala de 1 a 3 (1. Sem participação; 2. Participação em 1 ou 2 acções; 3. Participação em 3 ou mais acções).
(**) Escala de 1 a 7 (1. Nada importante e 7. Muito importante).
(***) Escala de 1 a 4 (1. Muito baixa; 2. Baixa; 3. Alta; 4. Muito alta).
(****) Escala de 1 a 5 (1. Muito baixa; 2. Baixa; 3. Mais ou menos alta; 4. Alta; 5. Muito alta).
As percentagens referem-se à modalidade de resposta "Sim". As variáveis são dicotómicas.

(Fonte: Ferreira: 2008:114)

O autor conclui existir uma diferença significativa entre os jovens associados e não associados e segundo as palavras do autor: *a experiência associativa ajuda a consolidar o sentido da cidadania. Por isso as associações podem ser vistas, e não apenas como metáfora, como escolas de democracia, ainda que o efeito benéfico que promovem na vida democrática tenha um impacto limitado em virtude do número relativamente modesto de jovens que participam na experiência associativa.* (Ferreira: 2008:124)

Destaca-se ainda um estudo realizado em 2006 pela Federação Nacional das Associações Juvenis, é importante referir que nesta Federação estão inscritas mais de 1500 associações juvenis portuguesas, contudo existem muitas associações que não sendo juvenis fazem parte delas muitos jovens. Este estudo não se pronuncia sobre as consequências da participação de um jovem numa associação, mas caracteriza o universo do movimento juvenil em Portugal, tendo uma amostra de 1142 associações juvenis.

Gráfico 2 - Âmbito de acção das associações e a distribuição destas por áreas

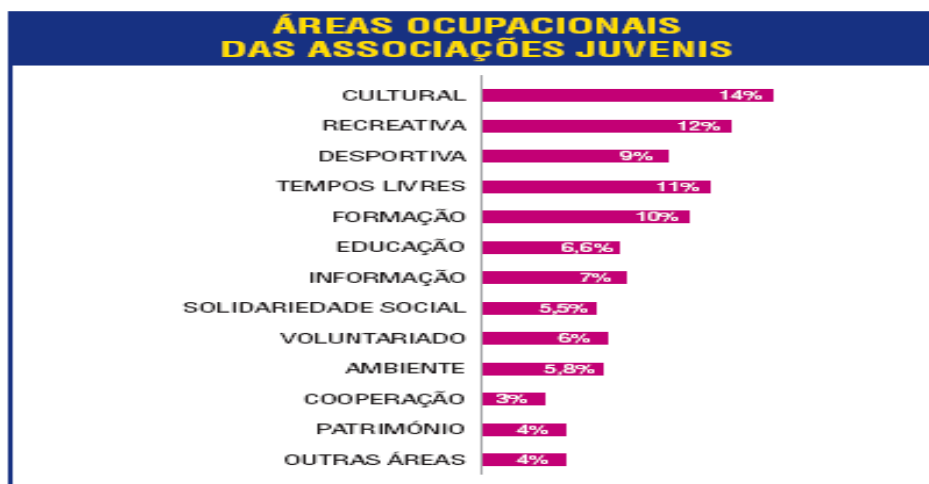


(Fonte: Federação Nacional das Associações Juvenis, 2006:2)

Nos gráficos destacam-se que o âmbito de acção das associações que é de 96% local e que a distribuição urbana é de (56%), contudo a área rural existem 23% de associações juvenis.

O gráfico seguinte mostra as áreas ocupacionais das associações juvenis, sendo a área cultural a que tem mais percentagem (14%), contudo as associações são as mais variadas como demonstra o gráfico.

Gráfico 3 - Áreas ocupacionais das associações juvenis



(Fonte: Federação Nacional das Associações Juvenis, 2006:2)

Segundo esta Federação o papel das associações juvenis é imprescindível no desenvolvimento motor e social do jovem. As associações juvenis são: *por um lado, escolas de cidadania, espaços de participação, de trabalho em equipa, de*

aprendizagem contínua. Por outro, contribuem para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, defendendo os interesses dos jovens especialmente aqueles em situação de desvantagem social, colaborando na resolução de necessidades sociais concretas e gerando, com originalidade, novas propostas alternativas de melhoria das comunidades. (Federação Nacional das Associações Juvenis, in www.fnaj.pt)

Para concluir, e segundo estes estudos, as associações podem ser uma fonte de influências positivas para os jovens, ajudando-os num melhor desenvolvimento social e psicológico, ao mesmo tempo pode transmitir-lhes sentimentos como justiça, solidariedade, entrega, responsabilidade, cooperação, consciência social entre outros.

4 – METODOLOGIA

Depois de termos apresentado o enquadramento teórico da investigação torna-se necessário pensar as opções metodológicas, ou seja, supomos que vamos fazer uma viagem para um local que nunca fomos, é necessário antes pensar como vamos, com quem vamos, que caminho seguir. Numa investigação é preciso primeiramente fazer um estudo dos vários caminhos a seguir, para que esta seja feita de uma forma eficiente e para que os erros sejam mínimos e que os objectivos antes planeados sejam alcançados, é a este caminho ou pensamento chamamos Metodologia.

Uma investigação é, por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica. (Quivy; Campenhoudt, 1995: 31)

Procuremos neste capítulo apresentar e justificar o caminho seguido, nomeadamente as questões de partida, especificar os objectivos, as hipóteses e as variáveis.

4.1. Pergunta de partida

Observando-se o dia-a-dia, principalmente nas zonas rurais verifica-se que os jovens frequentam algumas associações da sua comunidade, desta maneira, esta investigação irá centrar-se nos jovens, no associativismo e na influência da participação cívica.

Por conseguinte, o investigador deve obrigar-se a escolher rapidamente um primeiro fio condutor tão claro quanto possível. (Quivy; Campenhoudt, 1995: 32)

Com o desencadear de uma investigação surgem algumas dúvidas, nomeadamente de como expor o problema, depois de esclarecidos é conveniente colocar uma questão

de partida à nossa investigação. Esta pergunta de partida é importante que seja bem formulada para que não existam dúvidas daquilo que realmente se pretende investigar.

De uma maneira geral, este passo centra-se em dois aspectos principais: exigências transformadas em finalidades e situação da questão de partida. (Dias, 2009:118)

Assim, com a pergunta de partida torna-se mais fácil passar à fase seguinte da investigação, visto que, a reflexão foi feita, já foram realizadas várias questões pertinentes para entender o porquê deste tema e o problema já está definido.

Nesta investigação a pergunta de partida é a seguinte: **em que medida o associativismo tem ou não impacto na participação cívica dos jovens em meio rural?**

Naturalmente estes dois fenómenos, associativismo e participação cívica, já por si são complexos, torna-se ainda mais difícil demonstrar ou provar como funcionam na sua relação. É necessário especificar e esmiuçar os objectos de estudo para que alguma ideia vaga se transforme em definida.

4.2. Definição dos objectivos

Qualquer investigação é realizada porque se quer esclarecer um problema ou responder a alguma questão, assim é necessário existirem propósitos ou finalidades que se querem atingir no final da investigação.

No campo social, os problemas do Homem são muitos e manifestam-se de muitas maneiras, mas também, vão surgindo novos, que solicitam cada vez mais novas metodologias, para novas soluções, o que deve levar o investigador a uma constante

actualização e adaptação do plano à realidade, definindo o melhor caminho para atingir as metas planeadas. (Dias, 2010:21)

O investigador depois de analisar o tema/problema que pretende investigar delimita os objectivos e assim a sua investigação irá ficar muito mais clarificada e estruturada.

Nesta investigação decidimos dividir os objectivos em dois tipos, geral que demonstra de uma maneira geral o problema a tratar, e específico que delimita mais detalhadamente as finalidades da investigação.

O objectivo geral é um ponto de partida que explica de uma forma genérica o que se pretende com esta investigação.

Objectivo Geral: Analisar os impactos que o associativismo tem na participação cívica dos jovens em meio rural.

Com os objectivos específicos são apresentados pontos ou situações específicas que o investigador ambiciona aprofundar para a explicação do objectivo geral.

Objectivos Específicos:

1. Identificar os principais motivos que levam os jovens a integrar uma associação;
2. Verificar se a integração dos jovens numa associação os ajuda no dever dos compromissos cívicos;
3. Verificar se o facto de os jovens pertencerem a uma associação os torna mais sensíveis em relação ao respeito pelo outro e pela sociedade;
4. Avaliar se a pertença a uma associação torna os jovens mais solidários, tolerantes e confiantes.

Em suma, a definição e a apresentação dos objectivos, no plano da investigação, deverá aproximar-se o máximo daquilo que pretendemos com toda a investigação.
(Dias, 2010:43)

4.3. Definição das hipóteses

Após uma pesquisa exploratória do tema, de uma reflexão teórica e dos objectivos da investigação definidos é necessário formular as hipóteses, dado que estas constituem uma melhor forma de encaminhar a investigação.

A organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor, sem por isso sacrificar o espírito de descoberta e de curiosidade que caracteriza qualquer esforço intelectual digno deste nome. (Quivy; Campenhoudt, 1995: 119)

O investigador baseado nos conhecimentos prévios que realizou formula preposições que servem de fio condutor durante toda a investigação, pois segundo Quivy e Campenhoudt (1995: 119): *a hipótese traduz, por definição, este espírito de descoberta que caracteriza qualquer trabalho de investigação.*

É necessário referir que para a elaboração das hipóteses é importante ter consciência da maneira como são formuladas, tendo em atenção todo o trabalho feito anteriormente sobre conhecimento do tema. Assim, segundo a autora Olívia Dias (2010:48): *as hipóteses devem ser claras, enunciados de relações, verificáveis, ter consciência teórica, serem específicas, fazerem referências empíricas, estar relacionada com as técnicas adequadas à recolha dos dados e testes das hipóteses para serem testadas.*

Nesta dissertação as hipóteses são relacionais uma vez que se necessita do esclarecimento de várias respostas para os objectivos serem compreendidos e também porque este tipo de hipóteses antevê os acontecimentos, independentemente da quantidade dos conceitos. Assim neste contexto pretende-se investigar até que ponto as associações têm influência na participação cívica dos jovens. Para avaliar a participação cívica dos jovens associados baseamos as nossas hipóteses nos elementos do estudo

sobre a comunidade cívica do autor Robert Putnam. Sendo assim, tendo em conta os objectivos da presente investigação e os resultados dos estudos abordados no enquadramento teórico, formulamos as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese Geral: O associativismo é um dos principais factores com influência na participação cívica dos jovens em meio rural.

Hipóteses Específicas:

1. Os Jovens que fazem parte de associações possuem características positivas tais como: solidariedade, confiança e tolerância na relação com os outros;
2. Existem relações positivas no respeito uns pelos outros, não existindo nos jovens associados a superioridade individual;
3. Os jovens associados têm compromissos cívicos que os levam a cumprir os seus deveres, tais como votar, confiança nos políticos e no país, porque têm uma atitude relacionada com capital social mais significativa;
4. Os motivos que levam os jovens ao associativismo prendem-se com o facto de reconhecerem que as expectativas e as oportunidades esperadas são alcançadas;
5. O associativismo proporciona aos jovens satisfação e bem-estar na sua vida pessoal.

As hipóteses sociológicas são quase sempre expressas sob a forma de uma relação directa entre dois conceitos de tipo causal. Raramente, dois conceitos se representam sem intervenção mais ou menos directa de outros conceitos. (Dias, 2009:54)

Tal como refere a autora, estas hipóteses revelam uma relação entre o conceito de associativismo e o conceito de participação cívica, tendo a intervenção de outros conceitos de igual importância como o capital social.

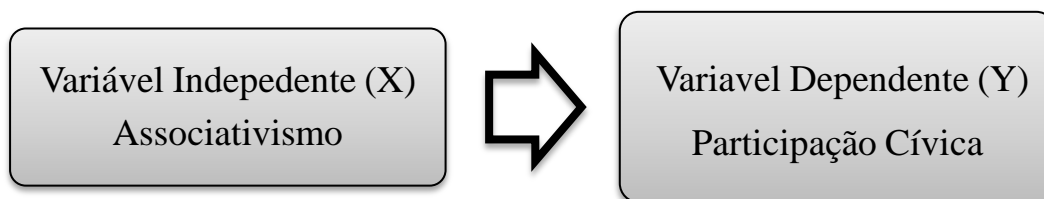
4.4. Definição das variáveis

Faz parte de uma investigação definir as variáveis, visto que estas reportam-se aos factos que pretendemos estudar.

Chama-se variável a todo o atributo, dimensão ou conceito susceptível de assumir várias modalidades. (Quivy; Campenhoudt, 1995: 217) Assim, as variáveis são conceitos ou objectivos ou características que nos permite estudar ou medir um facto.

Ou seja, segundo a autora Olívia Dias (2010: 50): *a variável é o resultado de um processo que consiste em operacionalizar um conceito que seja definido.*

Nesta investigação as variáveis são no plano de influência, visto que a variável independente (x) é o associativismo e a variável dependente (y) é a participação cívica.



Sendo assim, a variável causal é o associativismo e a variável teste ou a variável a explicar é a participação cívica. A variável independente (X) encaminha e dirige todo o procedimento e a variável dependente (Y) irá sofrer interferências da variável independente.

Em suma, pretende-se com estas duas variáveis verificar as hipóteses mencionadas para que os objectivos da investigação sejam atingidos.

4.5. Desenho da Investigação

4.5.1. Tipo de Estudo

Para cumprir a investigação é necessário efectuar um desenho da investigação, desta maneira é necessário escolher o tipo de estudo que se pretende efectuar.

Pretende-se, por isso, com a tipologia, por um lado, sublinhar a exigência e a natureza às quais os vários tipos podem responder. Por outro lado, sublinhar as implicações relacionadas com o desenho dos diferentes tipos de investigação. (Dias, 2010:83)

Para esta investigação escolheu-se o tipo de estudo de pesquisa descritiva, visto que se pretende caracterizar vários jovens de uma categoria, neste caso jovens associados e determinar com que frequência as variáveis referidas se relacionam. Este tipo de estudo é acompanhado por uma pesquisa teórica que permite apontar as variáveis a investigar.

De facto, este tipo de pesquisa é usado por um grande número de investigações sociais que se preocupam com a descrição das características da comunidade, das suas estruturas e das suas atitudes. (Dias, 2009:78)

Foi escolhido a pesquisa descritiva, que tal como refere a autora, esta investigação pretende estudar uma comunidade associativa e estudar as suas atitudes face à participação cívica.

Para a conclusão da pesquisa descritiva, o investigador tem de escolher o método de recolha de dados e proceder posteriormente à sua análise para cumprir os objectivos propostos.

4.5.2. A População

No desenho da investigação é necessário referir qual a população a estudar, pois será através desta que irão incidir as hipóteses e variáveis para se atingir os objectivos.

A população é o conjunto de elementos que fazem parte de um determinado território, que possuem aproximadamente características comuns e que serão objecto de estudo, submetidas ao processo de tratamento, análise e interpretação. (Dias, 2010:61)

Nesta dissertação a população a investigar são os jovens que constam de seis associações diferentes e localizadas em dois concelhos distintos: em São João da Pesqueira uma Banda Filarmónica, um Rancho Folclórico e uma Associação de Bombeiros; e do Concelho de Tarouca as mesmas associações.

Por conseguinte a população alvo é constituída por todos os jovens em que a idade esteja compreendida entre os 18 e os 25 anos e que integrem uma destas associações.

4.5.3. Características das Associações

Para enriquecer esta dissertação torna-se importante caracterizar as Associações que fazem parte desta investigação.

1. Associação Filarmónica Cultural e Recreativa de Nagoselo do Douro



A Fundação da Banda de Música de Nagoselo do Douro dá-se por volta de 1910/1911, e terá resultado, segundo algumas pessoas a partir de uma Tuna, eventualmente formada em finais do séc.

XIX. Implantada a República a 5 de Outubro de 1910, o Sr. João Ribeiro, Republicano convicto, pessoa de prestígio e muito estimada nesta terra, abrigou em sua casa, um Padre de seu nome Bernardino Penaforte, que andava fugido, e, após várias conversas entre ambos, o Padre Bernardino Penaforte disse ao Sr. João Ribeiro, que era apreciador de Música e já tinha sido maestro de uma Banda Filarmónica. A partir desse esclarecimento e com base nos elementos da Tuna, formaram então a Banda de Música de Nageselo do Douro, e terá permanecido em actividade duas ou três décadas, sendo que a primeira paragem acontece por dificuldades económicas resultantes desse período. O reinício acontece em 02 de Fevereiro de 1947, com apenas 15 músicos, sendo o seu maestro, o 1º Sargento António Freitas e estende-se até 1961, altura em que se dá a segunda paragem. Em 1974, ano da revolução do 25 de Abril, Celestino Castro, José Victor e Armando Lopes conjuntamente com 10 a 15 músicos, uniram esforços e, resolveram acompanhar a procissão de Nª Sra. de Lurdes, que se realiza anualmente pela Páscoa, depois deste primeiro impulso para formar novamente a Banda, os mesmos senhores, contrataram o mestre José Martins para dirigir os destinos musicais. A partir desse ano a Banda não mais parou, e, ao contrário, depois de várias fases difíceis, o ano 1974 seria vital e extremamente marcante para a sua evolução nos anos subsequentes. Em 1984 a Banda mais uma vez começou a passar por situações de difícil estado, foi então, que alguns músicos não se conformando com a situação, resolveram convidar o Sr. João Prado (1984 – 2004) para os ajudar a inverter o difícil estado em que a Banda se encontrava. Até 1998 a grande dificuldade desta Associação era um sítio com qualidade para ter os seus ensaios, visto que até aqui eram feitos em garagens, haviam chegado à conclusão de que era urgente construir a própria Sede. Movidos por este objectivo, e, com o empenho e boa vontade de muitas pessoas, onde se destacam os Srs.: João Prado e as direcções por si lideradas, António Manuel Caiado Ferrão e irmão

Pedro Caiado Ferrão, que doaram o terreno, da ajuda imprescindível dos Nagoselenses, onde se englobam os próprios músicos que contribuíram com o seu esforço e muito trabalho, do Centro de Cultura da Região do Norte e da Câmara Municipal de S. João da Pesqueira, foi construída uma Sede com três pisos, com as condições necessárias à prática e divulgação da cultura musical que a todos honra e orgulha. Actualmente o novo maestro Paulo Botelho dirige a banda filarmónica e escola de música, tendo como base mais sólida a formação adequada ao desenvolvimento musical. A Banda de Música, actualmente constituída por 30 elementos com uma média de idade de 20 anos, estudantes, e na sua maioria agricultores, que para além da sua actividade se dedicam à música. (Bandas Filarmónicas in <http://www.bandasfilarmonicas.com>)

2. Rancho Folclórico Nossa Senhora das Neves de Soutelo do Douro

É de lamentar, mas sobre este rancho não existe ainda disponível o historial, informamos que os responsáveis estão a tratar disso. Contudo sabemos que existe á cerca de seis anos e têm cerca de 30 elementos.

3. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ervedosa do Douro

Esta associação fundada em 26 de Maio de 1952 é uma associação de carácter humanitário considerada de utilidade pública. A Associação tem por fim criar e manter um corpo de Bombeiros Voluntários, socorrer feridos, doentes e a protecção por qualquer outra forma, de pessoas e bens. Promover festas e sessões culturais e pode exercer qualquer outra actividade conducente à melhor preparação intelectual, física e moral dos seus associados.

4. Associação Filarmónica de Tarouca



A Banda de Tarouca terá tido origem das bandas militares, que em pouco por todo o País começaram a despontar no início do século XIX. Há cerca de 120 anos o Sr. Lopes, que já fora executante nesta Banda contava á filha, que a

banda teria sido fundada por volta de 1830. É esta transmissão oral de pais para filhos, a fonte que nos leva a crer que desde esta data a banda já animava e alegrava as gentes nas suas festas e romarias. Tempos difíceis em que as deslocações eram feitas a pé chegando os seus elementos a passar vários dias sem vir a casa, pois as distâncias não o permitiam. Referência nas suas passagens pela banda há-as com mais de uma centena de Anos: “Os Telhas“ os irmãos Pereira, e na transição do século “O Patego“ o “Ruim“ depois o Sebastião Cardoso um autentico génio que escrevia musica como quem escreve uma carta. Nem sempre foi fácil conseguir manter a unidade desta Banda. Aos momentos de Prosperidade sucediam outros menos bons e já no século XX nos finais dos anos 20, é interrompida a sua actividade. Em 1933, o Sr. Manuel Oliveira (Manecas) músico na Banda do Regimento de Infantaria em Lamego, procede à restauração da mesma com o nome de Banda 1º de Janeiro. Nesta formação merece destaque o Sr. Abraão que, após a sua passagem por várias Bandas na região das Caldas da Rainha, integra a Banda de Tarouca onde se revela um eximo executante e conceituado compositor. Em 1957 é novamente interrompida a sua actividade mas não demorou dois anos até que o Sr. Manecas de novo pegue num grupo de jovens e reinicie a acção musical naquela que até 1962 ficou conhecida na região como a “Banda da Rapaziada”. Após 11 anos de interregno é o Sr. Nelson Santos ex. Musico da mesma Banda que em 1973, auxiliado por uma série de músicos da terra dá novamente vida á

Banda, que desde então não tem parado, e após conseguirem uma sede e a sua legalização com a actual designação em 1983, tem procurado valorizar-se quer a nível de instalações, quer a nível instrumental e humano. Em 1987 foi criada uma escola de música, cujos frutos já começaram a despontar e onde actualmente perto de duas dezenas de jovens fazem a sua iniciação musical ou trabalham o aperfeiçoamento. Constituída põe executantes amadores (48 elementos) a Banda tem correspondido às inúmeras solicitações que lhe são dirigidas para actuações de diversas índoles. Muitos êxitos tem obtido interpretando obras de autores mundialmente e nacionalmente consagrados em todo o Norte, Centro e Sul do País. Actualmente a regência da banda continua a cargo do Maestro Nelson Santos. (Bandas Filarmónicas in <http://www.bandasfilarmonicas.com>)

5. Associação Cultural e Recreativa “Flor de Sabugueiro”



Fundada a 19 de Maio de 1986, tem como finalidade a ocupação dos tempos livres dos Jovens e Adultos, dedicando-se de uma maneira especial à cultura popular, com um

Rancho Folclórico e Escola de Música de Concertinas. O Rancho Folclórico de Flor do Sabugueiro, fez a sua primeira actuação no dia 30 de Maio de 1987, por altura da Festa do Sabugueiro em Flor, e, a partir daí não tem parado, levando bem longe os usos, costumes, trajes, danças e cantares do nosso povo. As pessoas e as suas profissões ou afazeres do concelho Tarouca são representados no Grupo Folclórico, podendo-se observar: - os moleiros: os moleiros da freguesia que ainda o sol não nascia e eles com as taleigas às costas ou no burrito, iam fazer as suas entregas aos clientes; - os romeiros:

ele de faia na mão e ela com a saca da merenda à cabeça percorriam as romarias da Região (Senhora dos Remédios; Senhora da Guia; Santa Helena; Senhora da Lapa e Santa Eufémia); - os ceifeiros: quando amanhecia iniciavam o seu trabalho, a fim de aproveitarem a frescura de um Verão escaldante. - o pescador: ao amanhecer ou ao anoitecer colocava os pardelhos feitos em Dalvares, no Rio Barosa, a fim de apanhar algumas trutas; - o casal: que representam os trajes típicos freguesia de Várzea de Serra; - os noivos: que são trajados à maneira antiga e popular para esta cerimónia; - trajes de domingo e dias de festa: as roupas que outrora se usavam para estes dias eram levadas muito a preceito, dentro das limitações de cada extracto social; - o homem e a mulher polheira: na região de Tarouca tinham duas utilidades no vale iam para as podas ou deitar águas às lameiras em noites de inverno e em Vila Chã do Monte guardavam o gado; - o homem e a mulher do campo - Ele com a enxada ao ombro, trabalhando na terra desde o nascer do sol e ela de cesto à cabeça, levando o almoço para que o trabalho se torne mais compensador, e pelo caminho iam fazendo um pouco de meia ou fiando a lã de ovelha. (Tarouca in <http://tarouca.com.sapo.pt/cultura.htm>)

6. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca celebra o seu aniversário no dia 1 de Dezembro, sendo o seu nascimento em 1974. Uma instituição norteada pelos mais altos valores tão bem sintetizados no lema dos soldados de paz: “Vida por Vida”.

4.5.4. A técnica de colheita de dados

Para além das pesquisas com vista à recolha e análise e todas as fontes documentais e bibliográficas sobre o objecto de estudo procedeu-se a uma investigação e análise empírica, tendo presente o referencial teórico ao tema.

Numa investigação em ciências sociais existe uma grande variedade de técnicas de recolha de dados, muitas das vezes o investigador sente alguma dificuldade, pois a escolha que fizer terá de ser a mais correcta para que os objectivos sejam cumpridos e todo a investigação não tenha sido realizada em vão.

A natureza do problema de investigação determina o tipo de instrumento a utilizar na recolha de dados. (Dias, 2010:90)

E tal como refere Quivy e Campenhoudt (1995: 188): *o inquérito por questionário de perspectiva sociológica distingue-se da simples sondagem de opinião pelo facto de visar a verificação de hipóteses teóricas a análise das correlações que essas hipóteses sugerem.*

O instrumento de recolha de dados da investigação foi o questionário. Optou-se por esta técnica porque pensámos ser a que melhor poderia corresponder às nossas pretensões, ao problema, aos objectivos e às hipóteses. Fez-se uma série de questões relacionadas com as principais variáveis, o associativismo e a participação cívica dos jovens dos 18 aos 25 anos das associações descritas.

O inquérito desta investigação é composto por 32 perguntas, nomeadamente, 16 perguntas fechadas, 12 perguntas estruturadas e 4 perguntas abertas. Escolheu-se perguntas fechadas para permitir caracterizar e qualificar os gostos e opiniões dos inquiridos mais rapidamente, com as perguntas estruturadas consegue-se oferecer um leque variado de respostas aos inquiridos, contudo sem sair do objectivo essencial da

questão, através das respostas abertas deu-se oportunidade aos jovens inquiridos de expressarem e explicarem as suas opiniões sobre alguns temas.

4.5.5. Tratamento de dados

Para o tratamento dos dados, interpretação das variáveis e a análise das relações usamos o SPSS 18.0 para o Windows.

Apresentamos os dados de caracterização da população em tabelas de distribuição de frequências relativas e absolutas onde se demonstramos os dados obtidos com o questionário, seguindo-se a verificação das hipóteses formuladas.

5 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA EMPÍRICA

Nos pontos desenvolvidos até aqui construímos o quadro teórico da investigação no que se relaciona com o associativismo e a participação cívica, tendo presente, o problema, os objectivos e as hipóteses. Vimos também a metodologia usada nas suas principais fases.

Neste ponto, procuramos organizar, analisar e interpretar de modo sistemático os conteúdos obtidos através da pesquisa empírica. Assim, faremos numa primeira fase a descrição dos resultados, para numa segunda procedermos à verificação das hipóteses que formulámos.

5.1. Descrição dos resultados

Em relação ao género dos jovens a percentagem é semelhante, não existe uma grande discrepância entre ambos, verificando-se assim que 24 jovens são do sexo feminino e 28 do sexo masculino, cumprindo-se 46,2% do sexo feminino e 53,8% do sexo masculino (tabela 5).

Válidos	N	%
Feminino	24	46,2
Masculino	28	53,8
Total	52	100,0

A maioria dos jovens tem entre 18 a 20 anos representam 42,3% do universo, de seguida a faixa etária dos 21 aos 23 anos com 32,7 % e por último a faixa etária entre os 24 a 25 anos com uma percentagem de 25,0% (tabela 6).

Tabela 6 – Idade		
Idade	N	%
18-20	22	42,3
21-23	17	32,7
24-25	13	25,0
Total	52	100,0

Em relação ao estado civil, uma percentagem significativa é solteiro 82,7%, 11,5% dos jovens são casados, é de referir que é atribuído 1,9% a cada um de união de facto, outro e houve um jovem que não respondeu a esta questão (tabela 7).

Tabela 7 - Estado civil		
Estado Civil	N	%
Solteiro	43	82,7
Casado	6	11,5
União de Facto	1	1,9
Outro	1	1,9
NR	1	1,9
Total	52	100,0

A ocupação profissional dos jovens associados é de 42,3% empregada, 38,5% é estudante, 17,3% está desempregada e 1,3% é estudante e trabalhador (tabela 8).

Tabela 8 - Ocupação profissional dos inquiridos		
Válidos	N	%
Estudante	20	38,5
Empregado	22	42,3
Desempregado	9	17,3
Estudante e Empregado	1	1,9
Total	52	100,0

As profissões dos jovens empregados são variadas, 3 jovens são bombeiros, 2 administrativos, 2 auxiliares de lar, um auxiliar de acção directa, um professor, um militar, um guarda prisional, um biólogo marinho e um pintor e cantor (tabela 9).

Tabela 9 - Profissão		
Profissão	N	%
Bombeiro	3	5,8
Administrativo	2	3,8
Auxiliar de Acção Directa	1	1,9
Auxiliar de Lar	2	3,8
Professor	1	1,9
Militar	1	1,9
Guarda Profissional	1	1,9
Biólogo Marinho	1	1,9
Pintora e Cantora	1	1,9
Total	13	25,0
Total	52	100,0

Em relação aos desempregados, 6 dos 9 desempregados não referiram a sua profissão antes de estarem na situação de desempregados. Em relação aos jovens que referiram as suas profissões anteriormente, 2 tinham a profissão de motorista e 1 de Bombeiro (tabela 10).

Tabela 10 - Desempregado: Profissão Anterior		
Válidos	N	%
Motorista	2	3,8
Bombeiro	1	1,9
Total	3	5,8

No que concerne às habilitações literárias, é de verificar que 44,2% tem o 10º ao 12º ano de escolaridade, 28,8 % tem habilitações entre o 7º ao 9º ano, 11,5% está a frequentar o ensino superior, 7,7% já conclui o ensino superior e 3,8% respectivamente

para o 1º ciclo e do 5º ao 6º ano de escolaridade (tabela 11). É importante referir que a percentagem que se verifica em maioria será devido à idade do universo da investigação, contudo é de lamentar que existem, ainda que poucos, mas alguns jovens com baixa escolaridade.

Tabela 11 - Habilitações literárias		
Habilitações literárias	N	%
1º Ciclo	2	3,8
5º ao 6º	2	3,8
7º ao 9º	15	28,8
10º ao 12º	23	44,2
Ensino Superior Concluído	4	7,7
A Frequentar Ensino Superior	6	11,5
Total	52	100,0

Em relação aos hábitos de leitura, a maioria 73,1% responde que tem hábitos de leitura, contudo existem ainda 26,9% que afirma não possuir quaisquer hábitos de leitura (tabela 12).

Tabela 12 - Hábitos de leitura		
Hábitos de leitura	N	%
Sim	38	73,1
Não	14	26,9
Total	52	100,0

As preferências dos jovens em relação à leitura são variadas, os jovens responderam vários conjuntos de respostas, verificando-se assim que 19,2 % lê livros, jornais e revistas, 13,5% lê apenas livros, 11,5% lê livros e revistas, 9,8% lê jornais e revistas, 5,8% lê apenas livros escolares, 3,8% lê apenas jornais e 1,9% respectivamente refere que lê livros escolares/livros e livros/jornais e outros, nomeadamente, artigos científicos.

Tipo de leitura	N	%
Livros Escolares	3	5,8
Livros	7	13,5
Jornais	2	3,8
Livros Escolares e Livros	1	1,9
Livros e Jornais	3	5,8
Livros e Revistas	6	11,5
Jornais e Revistas	5	9,6
Livros, Jornais e Revistas	10	19,2
Livros, Jornais e Outros (Artigos Científicos)	1	1,9
Total	52	73,1

Para os jovens actuais que integram as associações que fazem parte desta investigação, 65,4% afirma que a religião é importante na sua vida, 34,6% refere que a religião não tem importância no seu dia-a-dia (tabela 14).

Religião	N	%
Sim	34	65,4
Não	18	34,6
Total	52	100,0

Em relação à visualização de televisão por parte dos jovens, a maioria como se pode confirmar na tabela 15, 94,2% vê televisão, apesar de 3 jovens 5,8% afirma que não vê televisão.

Televisão	N	%
Sim	49	94,2
Não	3	5,8
Total	52	100,0

Os programas que os jovens investigados visualizam são variados, dos 94,2 % que responderam sim à visualização da televisão. Desta maneira, como consta na tabela 12, 19,2% vê programas de filmes/noticias/telenovelas/desporto, 11,5% vê programas

de notícias/telenovelas/desporto, 7,7% para os programas desporto/ filmes/noticias, respectivamente, as restantes percentagens não são relevantes como se pode verificar na tabela 16.

Tabela 16 - Programas televisivos		
Programas televisivos	N	%
Filmes	1	1,9
Notícias	2	3,8
Telenovelas	2	3,8
Desporto	4	7,7
Filmes e Notícias	2	3,8
Filmes e Outros	1	1,9
Noticias e Telenovelas	6	11,5
Notícias e Desporto	3	5,8
Telenovelas e Desporto	1	1,9
Filmes, Notícias e Telenovelas	3	5,8
Filmes, Noticias e Desporto	4	7,7
Filmes, Telenovelas e Desporto	2	3,8
Notícias, Telenovelas e Desporto	6	11,5
Filmes, Noticias, Telenovelas e Desporto	10	19,2
Filmes, Notícias, Telenovelas, Desporto e Outros (Séries)	2	3,8
Total	49	94,2

Em relação ao acesso à internet, confirma-se que a maioria dos jovens tem acesso à internet, 88,5% têm acesso, mas 11,5% não tem acesso à internet (tabela 17).

Tabela 17 - Acesso à internet		
Internet	N	%
Sim	46	88,5
Não	6	11,5
Total	52	100,0

Dos jovens que possuem acesso à internet, 69,2% refere que utiliza a internet todos os dias, 15,4% faz uma utilização de 3 a 4 vezes por semana, e apenas 1,9% utiliza duas vezes por semana ou uma vez por semana, respectivamente (tabela 18).

Tabela 18 - Frequência de utilização da internet		
Utilização da internet	N	%
Todos os dias	36	69,2
Três a quatros vezes por semana	8	15,4
Duas vezes por semana	1	1,9
Uma vez por semana	1	1,9
Total	46	88,5

No que concerne à inserção dos jovens num partido político, pode constatar-se na tabela 19 que a maioria dos jovens não está inserido em nenhum partido político 90,4%, contudo 5 jovens, 9,6% referem que estão inseridos num partido político.

Tabela 19 - Está inserido nalgum partido político		
Inserção num partido político	N	%
Sim	5	9,6
Não	47	90,4
Total	52	100,0

Apesar de apenas 5 jovens integrarem um partido político, achou-se importante questionar quais os motivos que os levaram a tomar esta decisão. Os motivos são variados, como se verifica na tabela 20, é de realçar o convívio, a curiosidade, um desafio e ajudar o país, estes quatro motivos são os mais assinalados pelos jovens.

Tabela 20 - Motivos que o levou a integrar um partido político		
Motivos	N	%
Convívio	1	1,9
Tradição familiar, Convívio, Ajudar o País, Um desafio e Trabalho em Equipa	1	1,9
Curiosidade e Ajudar o País	1	1,9
Curiosidade e Um desafio	1	1,9
Convívio, Fazer novas amizades e Ajudar o País	1	1,9
Total	5	9,6

Questionaram-se os jovens se votaram nas últimas eleições as respostas foram as seguintes: 76,9% respondeu afirmativamente e 23,1% respondeu negativamente (tabela 21).

Tabela 21 - Votou nas últimas eleições		
Eleições	N	%
Sim	40	76,9
Não	12	23,1
Total	52	100,0

Apesar de uma maioria ter votado nas últimas eleições, a frequência de discussão de assuntos políticos não são frequentes por parte dos jovens associados, desta maneira poderá verificar-se na tabela 22 que 38,5% de vez em quando discute assuntos políticos e 36,5% raramente discute estes assuntos. Existe ainda uma percentagem de 17,3% que admite nunca discutir assuntos políticos e apenas 7,7% é que frequentemente discute estes assuntos.

Assuntos políticos	N	%
Frequentemente	4	7,7
De vez em quando	20	38,5
Raramente	19	36,5
Nunca	9	17,3
Total	52	100,0

Em relação à questão se os jovens sentem confiança quanto a um futuro do nosso País existe claramente uma atitude pessimista, assim 36,5% tem pouca confiança, 28,8% muita pouca confiança e 9,6% não têm confiança nenhuma. Existem ainda alguns jovens com uma atitude mais otimista onde se verifica que 21,2% têm bastante confiança e apenas 3,8% tem muita confiança em relação ao futuro do nosso País (tabela 23).

Confiança no País	N	%
Muito	2	3,8
Bastante	11	21,2
Pouco	19	36,5
Muito Pouco	15	28,8
Nada	5	9,6
Total	52	100,0

Questionaram-se os jovens associados se acham que podiam contribuir para um futuro melhor do nosso País, existe quase uma igualdade entre as respostas afirmativas e negativas, na tabela 20 pode verificar-se 44,2% para a resposta sim e 55,8% para a resposta não (tabela 24).

Tabela 24 - Posso contribuir para um futuro melhor do País		
Contributo	N	%
Sim	23	44,2
Não	29	55,8
Total	52	100,0

Desta maneira, pediu-se aos jovens que responderam afirmativamente à questão anterior que mencionassem qual o contributo que poderiam realizar, as respostas foram bastante variadas, contudo existiram algumas respostas iguais, nomeadamente 7,7% respondeu *“por em prática e divulgar as ideias dos jovens”* 5,8% respondeu que pode contribuir *“através do voto”*, 3,8% respondeu *“participar em assuntos que possam melhorar o país”*, existem ainda várias respostas com 1,9% que passou a apresentar: *“diminuição das despesas; com a minha profissão pretendo melhorar o país, diminuição do IVA e redução dos salários dos ministros; diminuição da retenção da fonte (IRS); mudar mentalidades; voluntariado; desenvolvimento das áreas rurais através de contributos às associações; criar empresa própria e diminuir desemprego; integrar uma associação e cumprir os meus deveres”*. É de referir que uma percentagem de 7,7% não apresentou qualquer contributo (tabela 25).

Tabela 25 - Opinião sobre o contributo que os jovens podem dar		
Contributo	N	%
Diminuição das despesas	1	1,9
Através do voto	3	5,8
Com a minha profissão pretendo melhorar o país	1	1,9
Participar em assuntos que possam melhorar o país	2	3,8
Diminuição do IVA e redução dos salários dos ministros	1	1,9
Diminuição da retenção da fonte (IRS)	1	1,9
Mudar mentalidades	1	1,9
Voluntariado	1	1,9
Por em prática e divulgar as ideias dos jovens	4	7,7
Desenvolvimento das áreas rurais através de contributos às associações	1	1,9
Criar empresa própria e diminuir desemprego	1	1,9
Integrar uma associação	1	1,9
Cumprir os meus deveres	1	1,9
Não Respondeu	4	7,7
Total	23	44,2

Como se verificou até agora apresentou-se os dados pessoais dos jovens associados, de seguida irá apresentar-se os dados relacionados com o jovem e a associação que integra.

A tabela seguinte apresenta os 52 jovens inquiridos dos 18 aos 25 anos distribuídos pelas associações que frequentam, assim 17,3% frequentam a Associação Filarmónica de Tarouca, 5,8% a Associação Filarmónica de Nageselo do Douro, 21,2% os Bombeiros Voluntários de Tarouca, 21,2% os Bombeiros Voluntários de Ervedosa do Douro, 25,0% o Rancho Folclórico de Dalvares – Tarouca e 9,6% Rancho Folclórico de Soutelo do Douro.

Tabela 26 - A associação que frequenta		
Associação	N	%
Associação Filarmónica de Tarouca	9	17,3
Associação Filarmónica de Nageselo do Douro	3	5,8
Bombeiros Voluntários de Tarouca	11	21,2
Bombeiros Voluntários de Ervedosa do Douro	11	21,2
Rancho Folclórico de Dalvares – Tarouca	13	25,0
Rancho Folclórico de Soutelo do Douro	5	9,6
Total	52	100,0

Em relação ao tempo que frequentam a associação pode verificar-se na tabela 27 que os jovens são bastante dedicados, assim 28,8% frequenta a associação entre seis a dez anos, 21,2% há mais de dez anos e de um a dois anos respectivamente, 19,2% de três a cinco anos, 7,7% há menos de um ano e por fim 1,9% não respondeu.

Tabela 27 - Tempo que frequenta a associação		
Tempo de frequência na associação	N	%
Menos de um ano	4	7,7
Um a dois anos	11	21,2
Três a cinco anos	10	19,2
Seis a dez anos	15	28,8
Mais de dez anos	11	21,2
Não Respondeu	1	1,9
Total	52	100,0

Questionou-se os jovens associados se integram mais alguma associação, a maioria 84,6% frequenta só uma associação, contudo existe ainda 8 jovens (15,4%) que frequentam mais do que uma associação (tabela 28).

Tabela 28 - Integra mais de que uma associação		
	N	%
Sim	8	15,4
Não	44	84,6
Total	52	100,0

Apesar de ser uma minoria que frequenta mais do que uma associação, achou-se interessante saber quais as associações que frequentam, desta maneira como se constata na tabela 29, 2 jovens (3,8%) frequentam a Associação da Juventude Ervodosense, os outros 5 jovens frequentam respectivamente as seguintes associações: Associação Abraço, Arguedeira União Desportiva, Associação Nagoselo Futebol Clube e Associação Nacional de Jovens Empresários, Arguedeira União Desportiva e Interftusal de Tarouca, Sporting Clube de Lamego; existe ainda um jovem que não mencionou o nome da associação que frequenta.

Tabela 29 - Nome de outras associações que integra		
Nome de outras associações	N	%
Associação da Juventude Ervodosense	2	3,8
Associação Abraço	1	1,9
Arguedeira União Desportiva	1	1,9
Associação Nagoselo Futebol Clube e Associação Nacional de Jovens Empresários	1	1,9
Arguedeira União Desportiva e Interftusal de Tarouca	1	1,9
Sporting Clube de Lamego	1	1,9
Não Respondeu	1	1,9
Total	8	15,4

No que concerne aos motivos que os jovens têm para fazer parte de uma associação, 63,5% responderam a esta questão, contudo por motivos desconhecidos

36,5% não responderam a esta questão. De seguida vamos apresentar os principais motivos dos jovens.

Esta questão consistia no seguinte, apresentamos aos jovens 12 possíveis motivos para a integração numa associação e estes teriam de assinalar os motivos que os fizeram integrar uma associação. Assim, como consta na tabela 30: o convívio foi o motivo mais assinalado pelos jovens tendo uma percentagem de 92,3%; de seguida o divertimento com 88,5%; a curiosidade e a aprendizagem têm a mesma percentagem de 82,7% respectivamente; interagir com os outros 80,8%; fazer novas amizades e um desafio têm 78,8% respectivamente; trabalho em equipa e ajudar os outros têm ambos 73,1%; o motivo ser diferente tem 65,4%; combater a solidão 63,5% e o motivo outros tem 1,9% respondendo “gosto pela música”.

Tabela 30 - Distribuição dos motivos que levam a fazer parte da associação		
Motivos	N	%
Curiosidade	43	82,7
Divertimento	46	88,5
Aprendizagem	43	82,7
Convívio	48	92,3
Fazer novas amizades	41	78,8
Ser Diferente	34	65,4
Combater a Solidão	33	63,5
Um desafio	41	78,8
Trabalho em equipa	38	73,1
Interagir com os outros	42	80,8
Ajudar os outros	38	73,1
Outros. Quais: “Gosto pela música”	1	1,9

Em relação às expectativas que os jovens esperavam quando integraram a associação, a maioria 88,5% foram alcançadas, contudo 7,7% afirma que as expectativas não foram alcançadas, 3,8% não respondeu à questão (tabela 31).

Tabela 31 - Expectativas ao integrar a associação		
Válidos	N	%
Sim	46	88,5
Não	4	7,7
Não Respondeu	2	3,8
Total	52	100,0

Apesar, de apenas quatro jovens afirmar que as expectativas não foram cumpridas, questionou-se quais são então as expectativas que o jovem ambicionava. Dois jovens não mencionaram as suas expectativas, os outros dois jovens referiram: mais equipamento para por em prática os conhecimentos, mais formação profissional (tabela 32).

Tabela 32 - Quais eram as expectativas		
Válidos	N	%
Mais equipamento para por em prática os conhecimentos.	1	1,9
Mais formação profissional	1	1,9
Não Respondeu	2	3,8
Total	4	7,7

Perguntámos aos jovens associados como se descrevem em relação à sua personalidade, apresentando as opções: muito, bastante, pouco, muito pouco, nada e não responde. Os resultados que mais se evidenciam são os seguintes como consta na tabela 33. Na característica satisfeito: 67,3% afirma ser bastante; na característica cooperante: 61,5% bastante; na característica *confiante*: 57,7% bastante; temos uma percentagem de

53,8% para várias características nomeadamente: sociável bastante, dinâmico bastante, amigo muito, invejoso nada e egoísta nada; na característica *tolerante*: 51,9% é bastante e a mesma percentagem para solidário bastante.

Características	Muito		Bastante		Pouco		Muito Pouco		Nada		NR	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	Simpático	26	50,0	24	46,2	2	3,8	0	0	0	0	0
Sociável	21	40,4	28	53,8	2	3,8	0	0	0	0	1	1,9
Confiante	14	26,9	30	57,7	5	9,6	0	0	0	0	3	5,8
Tolerante	17	32,7	27	51,9	7	13,5	0	0	0	0	1	1,9
Solidário	16	30,8	27	51,9	4	7,7	0	0	0	0	5	9,6
Cooperante	16	30,8	32	61,5	3	5,8	0	0	0	0	1	1,9
Satisfeito	14	26,9	35	67,3	2	3,8	0	0	0	0	1	1,9
Arrogante	0	0	1	1,9	9	17,3	16	30,8	18	34,6	8	15,4
Antipático	1	1,9	1	1,9	5	9,6	12	23,1	26	50,0	7	13,5
Tenho em atenção aos outros	9	17,3	27	51,9	4	7,7	0	0	0	0	12	23,1
Invejoso	0	0	1	1,9	5	9,6	10	19,2	28	53,8	8	15,4
Egoísta	0	0	1	1,9	6	11,5	9	17,3	28	53,8	8	15,4
Orgulhoso	5	9,6	9	17,3	9	17,3	14	26,9	8	15,4	7	13,5
Amigo	28	53,8	21	40,4	0	0	0	0	0	0	3	5,8
Dinâmico	15	28,8	28	53,8	4	7,7	2	3,8	0	0	3	5,8
Pontual	17	32,7	25	48,1	4	7,7	1	1,9	1	1,9	4	7,7
Optimista	14	26,9	27	51,9	3	5,8	1	1,9	0	0	7	13,5

A tabela 34 é relacionada com várias afirmações sobre o civismo e a participação cívica, desta maneira achou-se interessante, saber qual a opinião dos jovens associados.

De seguida, passamos a analisar a tabela com as respostas mais significativas dadas pelos jovens associados, assim na afirmação *Auxilio idosos e crianças que me podem auxilio* tem uma percentagem de 79,6% em concordo totalmente; na afirmação *Não atirar lixo para o chão*: 75,5% concorda totalmente; na afirmação *Todos os cidadãos devem ser tolerantes uns para os outros* tem uma percentagem de 57,1% em concorda totalmente e a mesma percentagem na afirmação *Prestação auxilio a seres vivos feridos à espera de assistência* concorda totalmente. Na afirmação *Todos os*

jovens deveriam frequentar associações: 49% concorda totalmente; na afirmação Existe respeito pelas Autoridades: 46,9% concorda; e 42,9% na opção concordo nas afirmações Os jovens não mostram interesse nas questões políticas e Todos temos possibilidade de influenciar destino do País.

Tabela 34 - Opiniões sobre o civismo e a participação cívica												
Opinião	Discordo Totalmente		Discordo		Depende		Concordo		Concordo Totalmente		Não Respondeu	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não atirar lixo para o chão	2	4,1	2	4,1	0	0	8	16,3	37	75,5	0	0
Prestação de auxílio a seres vivos feridos à espera de assistência	0	0	0	0	11	22,4	9	18,4	28	57,1	1	2,0
Auxílio idosos e crianças que me pedem auxílio	0	0	0	0	0	0	10	20,4	39	79,6	0	0
Quando possível faço reciclagem	0	0	0	0	13	26,5	17	34,7	19	38,8	0	0
Frequento associação porque me ajuda na minha maneira de ser	1	2,0	2	4,1	15	30,6	14	28,6	16	32,7	1	2,0
Todos os jovens deveriam frequentar associações	0	0	3	6,1	12	24,5	9	18,4	24	49,0	1	2,0
Todos os jovens deveriam votar e não optarem pela abstenção	1	2,0	5	10,2	5	10,2	19	38,8	17	34,7	2	4,1
Os jovens não mostram interesse nas questões políticas	3	6,1	5	10,2	14	28,6	21	42,9	4	8,2	2	4,1
Gostava ou quero aderir a um partido político	10	20,4	14	28,6	16	32,7	5	10,2	3	6,1	1	2,0
Os jovens deveriam aderir a um partido político	5	10,2	9	18,4	19	38,8	11	22,4	4	8,2	1	2,0
As pessoas que gerem o País não se preocupam comigo	0	0	8	16,3	17	34,7	16	32,7	6	12,2	2	4,1
O cidadão comum consegue produzir mudanças na sociedade	0	0	4	8,2	18	36,7	15	30,6	10	20,4	2	4,1
Existe respeito pelas Autoridades	2	4,1	7	14,3	10	20,4	23	46,9	5	10,2	2	4,1
Eu respeito leis e regras de trânsito	0	0	1	2,0	10	20,4	16	32,7	21	42,9	1	2,0
Todos temos possibilidade de influenciar destino do País	0	0	3	6,1	14	28,6	21	42,9	10	20,4	1	2,0
Faço acções para ser útil na sociedade	1	2,0	2	4,1	12	24,5	19	38,8	14	28,6	1	2,0
Interesso-me pela minha localidade	0	0	2	4,1	7	14,3	19	38,8	20	40,8	1	2,0
Todos os cidadãos devem ser tolerantes uns para os outros	0	0	1	2,0	3	6,1	16	32,7	28	57,1	1	2,0

No que concerne às oportunidades dos jovens para se associarem, 59,6% dos jovens respondeu que são boas, 17,3% respondeu muito boas, 9,6% más, 3,8% afirma que não sabe, 7,7% não respondeu e 1,9% respondeu que as oportunidades são muito más (tabela 35).

Válidos	N	%
Muito Boas	9	17,3
Boas	31	59,6
Más	5	9,6
Muito Más	1	1,9
Não sabe	2	3,8
Não Respondeu	4	7,7
Total	52	100,0

Questionaram-se os jovens associados se a maneira de ser deles mudou ao integrarem uma associação tendo 82,7% respondido à questão e 17,3% não responderam. As várias respostas distribuem-se: na hipótese *Faço amigos com facilidade*: 62,8% respondeu antes de integrar uma associação e 37,2% depois de integrar uma associação; *Tenho muitos amigos* 53,3% respondeu antes de integrar uma associação e 44,2% depois de integrar uma associação; *Gosto de conviver*: 53,5% respondeu antes de integrar uma associação e 44,2% depois de integrar uma associação; *Sou simpático*: 69,8% respondeu antes de integrar uma associação e 27,9% depois de integrar uma associação; *Preocupo-me com a minha vida escolar ou profissional*: 60,5% respondeu antes de integrar uma associação e 37,2% depois de integrar uma associação; *Preocupo-me com o meu futuro*: 58,1% respondeu antes de integrar uma associação e 39,5% depois de integrar uma associação; *Sou solidário*: 60,5% respondeu antes de integrar uma associação e 37,2% depois de integrar uma associação; *Estou ou pretendo*

ajudar a vida política do nosso País: 34,9% antes de integrar uma associação e 55,8% depois de integrar uma associação; *Preocupo-me em preservar o ambiente*: 51,2% antes de integrar uma associação e 46,5% depois de integrar uma associação; *Fico indignado com as injustiças*: 60,5% antes de integrar uma associação e 37,2% depois de integrar uma associação; por fim na hipótese *Incomoda-me realidades como a fome, a pobreza e a exclusão social*: 53,5% antes de integrar uma associação e 44,2% depois de integrar uma associação (tabela 36).

Tabela 36 - A sua maneira de ser mudou ao integrar a associação						
Respostas	Antes de integrar uma associação		Depois de integrar uma associação		NR	
	N	%	N	%	N	%
Faço amigos com facilidade	27	62,8	16	37,2	0	0
Tenho muitos amigos	23	53,5	19	44,2	1	2,3
Gosto de conviver	22	51,2	20	46,5	1	2,3
Sou simpático	30	69,8	12	27,9	1	2,3
Preocupo-me com a minha vida escolar ou profissional	26	60,5	16	37,2	1	2,3
Preocupo-me com o meu futuro	25	58,1	17	39,5	1	2,3
Sou solidário	26	60,5	16	37,2	1	2,3
Estou ou pretendo ajudar a vida política do nosso País	15	34,9	24	55,8	4	9,3
Preocupo-me em preservar o ambiente	22	51,2	20	46,5	1	2,3
Fico indignado com as injustiças	26	60,5	16	37,2	1	2,3
Incomoda-me realidades como a fome, a pobreza e a exclusão social	23	53,5	19	44,2	1	2,3

Questionaram-se os jovens se estão satisfeitos com a sua vida pessoal, as respostas foram as seguintes como consta na tabela 37, 53,8% está muito satisfeito, 34,6 razoavelmente satisfeito 9.6% não respondeu e 1.9% não muito satisfeito.

Tabela 37 - Satisfação da vida pessoal		
Válidos	N	%
Muito satisfeito	28	53,8
Razoavelmente satisfeito	18	34,6
Não muito satisfeito	1	1,9
Não respondeu	5	9,6
Total	52	100,0

A tabela 38 refere-se á influência da associação que os jovens integram em relação á sua felicidade e bem-estar e as respostas foram as seguintes: 51,9% respondeu que a associação influencia bastante, 28,8% razoavelmente, 13,5% um pouco e 5,8% não respondeu.

Tabela 38 - Influência da associação na felicidade e no bem-estar		
Válidos	N	%
Bastante	27	51,9
Razoavelmente	15	28,8
Um pouco	7	13,5
Não Respondeu	3	5,8
Total	52	100,0

A última pergunta do inquérito pedia-se aos jovens para mencionarem quais as vantagens e desvantagens de integrar uma associação, talvez por ser uma pergunta onde se solicitava alguma concentração e escrita, esta pergunta não foi respondida por muitos jovens como consta na tabela 39.

Tabela 39 - Vantagens e Desvantagens de integrar uma associação			
Válidos		N	%
Vantagens	Respondeu	20	38,5
	Não respondeu	32	61,5
	Total	52	100,0
Desvantagens	Respondeu	12	23,1
	Não respondeu	40	76,9
	Total	52	100,0

Em relação às vantagens dos jovens associados que responderam à questão atribuíram várias vantagens ao facto de integrarem uma associação, desta maneira como se verifica na tabela 40, o *convívio* foi a vantagem mais atribuída pelos jovens, de seguida o *desenvolvimento das relações interpessoais*, nomeadamente os jovens mencionavam que estavam mais simpáticos e que gostavam de conhecer novas pessoas e que os ajudava no seu dia-a-dia, de seguida também mencionaram a vantagem de mais *aprendizagem e evolução musical e novas amizades*. Estas quatro vantagens foram as que os jovens mais referiram. Contudo houve outras vantagens que os jovens mencionaram, que foram as seguintes: *conviver com pessoas de outras associações, conviver com pessoas de idades diferentes, conhecimento de novas localidades, adquirir hábitos de responsabilidade e pontualidade, aprender a trabalhar em equipa, representação da minha localidade, troca de novas ideias e experiências, aliviar a pressão do dia-a-dia, aprender a respeitar os outros e a participação activa na sociedade*.

Tabela 40 - Vantagens de integrar uma associação		
Categorias	N	%
Convívio	12	25,5
Novas amizades	4	8,5
Conviver com pessoas de outras associações	2	4,3
Conviver com pessoas de idades diferentes	1	2,1
Conhecimento de novas localidades	3	6,4
Desenvolvimento das relações interpessoais	9	19,1
Adquirir hábitos de responsabilidade e pontualidade	2	4,3
Aprender a trabalhar em equipa	2	4,3
Aprendizagem e evolução musical	5	10,6
Representação da minha localidade	1	2,1
Troca de novas ideias e experiências	2	4,3
Aliviar a pressão do dia-a-dia	1	2,1
Aprender a respeitar os outros	1	2,1
Participação activa na sociedade	2	4,3
Total	47	100

No que diz respeito às desvantagens, como já foi referido poucos jovens responderam a esta questão, contudo aqueles que o fizeram mencionaram: *ocupação de muito tempo e falta de tempo para se dedicarem à associação devido à profissão que possuem*, estas duas desvantagens foram as mais mencionadas. As outras desvantagens foram as seguintes: *injustiças e mau ambiente, falta de tempo para os outros tempos livres, impossibilidade de me ausentar por muito tempo, desgaste físico e emocional, esgotante, falta de tempo para a família e falta de equipamento* (tabela 41).

Tabela 41 - Desvantagens de integrar uma associação		
Categorias	N	%
Ocupação de muito tempo	4	23,4
Injustiças e mau ambiente	1	5,9
Falta de tempo para os outros tempos livres	2	11,8
Impossibilidade de me ausentar por muito tempo	2	11,8
Desgaste físico e emocional	1	5,9
Esgotante	2	11,8
Falta de tempo para a família	1	5,9
Falta de equipamento	1	5,9
Falta de tempo para se dedicarem à associação devido à profissão que possuem.	3	17,6
Total	17	100

5.2. Análise das hipóteses

Após a análise descritiva dos dados obtidos, realizámos a análise inferencial dos mesmos, através do programa estatístico de análise de dados Statistical Package for Social Sciences (SPSS, Vs. 18). Segundo Fortin (2000: 284), a análise inferencial é: *um processo de decisão que permite ao investigador decidir a favor de uma possibilidade em vez de uma outra, de modo a que o risco de cometer um erro seja julgado mínimo.*

A análise que pretendemos iniciar tem como questão orientadora determinar em que medida o associativismo tem, ou não, impacto na participação cívica dos jovens em meio rural? Trata-se, portanto, de averiguar a relação entre estes dois fenómenos, o associativismo e participação cívica dos jovens que vivem em meio rural, de forma a compreender de que modo o associativismo cria e permite desenvolver atitudes cívicas e socialmente positivas entre os jovens em estudo.

Tendo em vista este objectivo, foram definidas cinco hipóteses de investigação através das quais vamos testar a relação entre a variável dependente – o associativismo dos jovens em meio rural – e uma série de características e atitudes positivas dos jovens – variáveis independentes - que, na base da revisão da literatura, acreditamos terem influencia e relação com a primeira.

5.2.1. Relação entre personalidade dos jovens e comunidade

A primeira hipótese pretende saber se os jovens que fazem parte de associações possuem características positivas, tais como solidariedade, confiança e tolerância na relação com os outros. As respostas foram as que constam da tabela 42.

Tabela 42 - Como descreve a sua personalidade em relação às pessoas/comunidades em que está envolvido?						
Personalidade do Inquirido	Escala de opinião (%)					
	Muito	Bastante	Pouco	Muito Pouco	Nada	Não respondeu
Simpático	50	46,15	3,85	0	0	0
Sociável	40,38	53,85	3,85	0	0	1,92
Confiante	26,92	57,69	9,62	0	0	5,77
Tolerante	32,69	51,92	13,46	0	0	1,92
Solidário	30,77	51,92	7,69	0	0	9,62
Cooperante	30,77	61,54	5,77	0	0	1,92
Satisfeito	26,92	67,31	3,85	0	0	1,92
Arrogante	0	1,92	17,31	30,77	34,62	15,38
Antipático	1,92	1,92	9,62	23,08	50	13,46
Tenho em atenção os outros	17,31	51,92	7,69	0	0	23,08
Invejoso	0	1,92	9,62	19,23	53,85	15,38
Egoísta	0	1,92	11,54	17,31	53,85	15,38
Orgulhoso	9,62	17,31	17,31	26,92	15,38	13,46
Amigo	53,85	40,38	0	0	0	5,77
Dinâmico	28,85	53,85	7,69	3,85	0	5,77
Pontual	32,69	48,08	7,69	1,92	1,92	7,69
Optimista	26,92	51,92	5,77	1,92	0	13,46

Quisemos através da hipótese 1 verificar se os jovens associados possuem características positivas face aos outros. A análise estatística permitiu obter os valores

visíveis na tabela, em que observamos uma percentagem significativa de jovens que se considera bastante “Sociável”, “Confiante”, “Tolerante”, “Solidário”, “Atencioso com os outros”, “Dinâmico” e “Optimista”, nestas características registamos valores entre 50% e 67%. Salientamos o facto de 61,54% dos jovens se considerarem cooperante e 67,3% dos jovens inquiridos se sentir bastante satisfeito por ser associado.

Em relação à característica “orgulhoso” os dados revelam uma tendência menos marcante traduzida numa distribuição mais dispersa. Temos, então, que 26,92% dos jovens considera-se muito pouco orgulhoso, enquanto 17,31% se consideram bastante orgulho, o mesmo valor registado face aos jovens que se consideram pouco orgulhosos.

Em relação às características negativas verificamos que maioritariamente os jovens se consideram nada egoístas e invejosos, 53,85% em cada uma destas características; 34,62% dos inquiridos não se considera nada arrogante e muito pouco antipáticos 23,08%.

Perante estes dados, podemos inferir que os jovens que fazem parte de associações possuem de forma assinalável (*muito e bastante*) características positivas (uma vez que se registaram valores superiores a 50%), ao mesmo tempo que revelam uma baixa aderência a características negativas, nomeadamente, arrogância, inveja e egoísmo. Portanto, podemos concluir que a hipótese 1 se verifica e os jovens associados possuem características positivas relevantes.

5.2.2. Percepção de relações e superioridade individual

A segunda hipótese questiona se existem relações positivas no respeito uns pelos outros, não existindo nos jovens associados a superioridade individual.

Tabela 43 - Opinião sobre as relações e o respeito pelos outros em relação á superioridade individual							
Escala de concordância (%)							
Opinião do inquirido	Discordo totalmente	Discordo	Depende	Concordo	Concordo totalmente	N.R	Missing System
Não atirar lixo para o chão	3,85	3,85	0	15,38	71,15	0	5,8
Prestação auxilio a seres vivos feridos à espera de assistência	21,15	17,31	53,85	0	0	1,92	0
Auxilio a idosos e crianças que me pedem auxilio	0	0	0	19,23	75	0	5,8
Quando possível paço reciclagem	0	0	25	32,69	36,54	0	5,8
Frequento associação porque me ajuda a minha maneira de ser	1,92	3,8	28,8	26,92	30,77	1,92	5,8
Todos os jovens deveriam frequentar associações	0	5,77	23,08	17,31	46,15	1,92	5,8
Todos os jovens deveriam votar e não optarem pela abstenção	1,92	9,62	9,62	36,54	32,69	3,85	5,8
Os jovens não mostram interesse nas questões políticas	5,77	9,62	26,92	40,38	7,69	3,85	5,8
Gostava ou quero aderir a um partido político	19,23	26,92	30,77	9,62	5,77	1,92	5,8
Os jovens deveriam aderir a um partido político	9,62	17,31	36,54	21,15	7,69	1,92	5,8
As pessoas que gerem o país não se preocupam comigo	0	15	32,69	30,8	11,5	3,85	5,8
O cidadão comum consegue produzir mudanças na sociedade	0	7,69	34,6	28,85	19,2	3,85	5,8
Existe respeito pelas autoridades	4	13,46	19,23	44,23	9,62	3,85	5,8
Eu respeito as leis e regras de trânsito	0	1,92	19,23	30,77	40,38	1,92	5,8
Todos temos possibilidade de influenciar o destino do país	0	5,77	27	40,38	19,23	1,92	5,8

Nesta hipótese quisemos testar uma característica particular nos jovens associados, a existência, ou não, de atitudes reveladoras de superioridade individual face aos outros. Dos dados obtidos assinalamos a negrito os valores mais significativos,

sendo que verificamos que 71% dos inquiridos não deita lixo para o chão (o que revela respeito e preocupação para com natureza) e 75% presta auxílio aos jovens e idosos quando solicitados, estes foram, de resto, os comportamentos e atitudes mais significativamente observados. Registamos ainda que 53,85% dos jovens presta apoio a seres vivos ou pessoas que se encontrem feridas, ou precisem de assistência. Podemos concluir, portanto, que existe nos jovens associados uma atitude positiva face ao outro e disponibilidade para ajudar em situações de maior vulnerabilidade.

Por conseguinte, podemos considerar pelos resultados obtidos que existem relações positivas no respeito pelos outros e, portanto, não existe nos jovens associados superioridade individual e indiferença face aos outros.

5.2.3. Relação entre a percepção dos compromissos cívicos e os deveres dos jovens

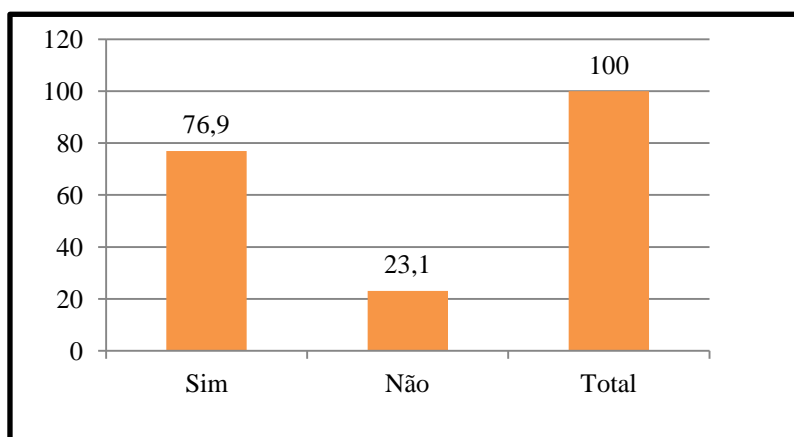
A terceira hipótese: os jovens associados têm compromissos cívicos que os levam a cumprir os seus deveres, tais como votar, confiança nos políticos e no país, porque têm uma atitude relacionada com capital social mais significativa.

Numa terceira hipótese pretendemos avaliar o capital social dos jovens traduzido, nomeadamente, ao nível da sua participação cívica. Portanto iremos considerar os motivos apresentados pelos jovens associados para integrarem um partido político, os níveis de afluência de voto, a frequência com que discutem assuntos e temas políticos e o contributo que consideram poder prestar ao país. Os dados obtidos são apresentados e analisados de seguida.

Tabela 44 - Motivos que o levou a integrar um partido político	
Motivos da integração na política	%
Convívio	1,92
Tradição familiar, convívio, ajudar o país, um desafio e trabalho em equipa	1,92
Curiosidade e ajudar o país	1,92
Curiosidade e um desafio	1,92
Convívio, fazer novas amizades e ajudar o país	1,92
Total	9,62
Missing system	90,38
Total	100

Perante a questão “quais os motivos que o levaram a integrar num partido político” observamos que 90,38% dos jovens inquiridos não respondeu a esta questão. De acordo com os dados registados na tabela 44 são passíveis de serem analisadas as respostas obtidas por 9,62% da população estudada. Nesta questão os inquiridos puderam apresentar mais de um motivo, os cenários de resposta obtidos estão apresentados na tabela 44 e permitem observar que não houve um motivo ou um conjunto de motivos de maior destaque, a análise estatística atribui uma igual relevância de 1,92% aos motivos apresentados. Todos os cenários de resposta obtidos obtiveram um valor percentual de aproximadamente 2%. Portanto, no que toca a esta questão verificamos que não há um motivo preponderante apontado entre os inquiridos para a sua filiação num partido político.

Gráfico 4 - Afluência nas últimas eleições



Quando questionados sobre a afluência às urnas nas últimas eleições verificamos, conforme os dados registados no gráfico 4, que 76,9% da população estudada votou, enquanto 23,1% não exerceu o seu direito de voto. Há, portanto, entre os jovens associados uma clara participação política em termos do exercício do seu direito de voto.

Tabela 45 - Frequência com que discute assuntos políticos	
Nível de frequência	%
Frequentemente	7,69
De vez em quando	38,46
Raramente	36,54
Nunca	17,31
Total	100

Outra variável analisada, no sentido de inferir sobre o comprometimento cívico dos jovens associados, foi a “frequência com que discutem assuntos políticos”. Verificamos, tal como demonstra a tabela 45, que a frequência mais assinalada foi “de vez em quando”, correspondendo a 38,46% da população estudada. Outra percentagem significativa (de 36,54%) aponta que *raramente* debate assuntos políticos; 17,31% dos jovens *nunca* discute política; sendo que a menor percentagem observada foi de 7,69% dos jovens associados que *frequentemente* debatem temas de natureza política.

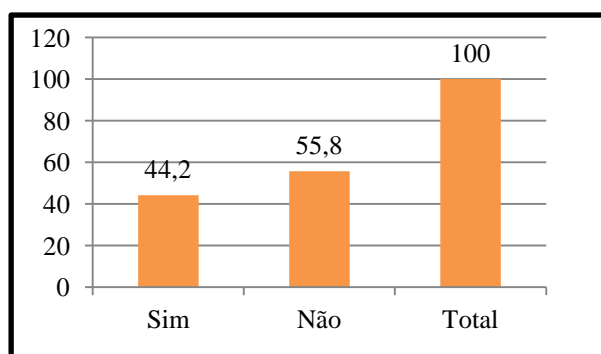
A análise realizada revela, por conseguinte, um relativo desinteresse e ausência de debate proeminente sobre os assuntos políticos.

Tabela 46 - Nível de confiança no futuro do País	
Nível de confiança	%
Muito	3,85
Bastante	21,15
Pouco	36,54
Muito pouco	28,85
Nada	9,62
Total	100

Relativamente aos níveis de confiança dos jovens inquiridos quanto ao futuro do país, os dados da tabela 46 revelam que a maior percentagem destes 36,54% demonstra *pouca* confiança no futuro, enquanto 28,85% da população revela *muito pouca* confiança no futuro do seu país e 9,62% dos inquiridos assumem *nenhuma* confiança no futuro do país. De assinalar também que 21,15% da população em análise revela *bastante* confiança no futuro e 3,85% dizem ter *muita* confiança.

Os níveis de confiança no país e no futuro que este oferece é baixo entre os jovens associados, a maioria destes tem uma perspectiva negativa (com níveis de confiança assinaláveis entre *muito pouco*, *pouco* ou *nada*); sendo que apenas uma pequena percentagem olha com confiança (*muito* ou *bastante*) para o futuro do país.

Gráfico 5 - Contributo para um melhor futuro do País



Questionados sobre o seu possível contributo para o futuro do país, numa perspectiva de melhoria, a maioria dos inquiridos (55,8%) revela pouco optimismo e confiança face à possibilidade de contribuir para um melhor futuro do país, conforme os dados do gráfico 5. Há, contudo, 44,2% dos inquiridos que acreditam poder colaborar na melhoria do futuro do país – embora seja um menor valor representa uma percentagem significativa dos inquiridos.

Defendemos que não existe uma participação e compromisso cívico significativo nos jovens associados uma vez que registamos uma reduzida frequência de debate político (38,46%) e pouca confiança no futuro do país (36,54%), na mesma tendência de

comportamentos surge o facto da maioria dos inquiridos (55,8%) acreditar que não tem condições para contribuir para a melhoria do futuro do seu país. Curiosamente e apesar destes dados, 76,9% dos jovens inquiridos exerceu o seu direito de voto nas últimas eleições, o que poderá levantar a questão de saber quais as verdadeiras motivações do voto.

Verificando-se desta maneira que apesar de não existir um compromisso cívico significativo, mas os jovens associados demonstram uma boa afluência às urnas, decidimos aprofundar e explicar mais pormenorizado esta hipótese através de tabelas com cruzamentos de algumas variáveis.

Tabela 47 - Votou nas últimas eleições * Frequência que discute assuntos políticos							
			Frequência que discute assuntos políticos				Total
			Frequentemente	De vez em quando	Raramente	Nunca	
Votou nas últimas eleições	Sim	Válidos	3	18	11	8	40
		Votou nas últimas eleições	7,5%	45,0%	27,5%	20,0%	100,0%
		Frequência que discute assuntos políticos	75,0%	90,0%	57,9%	88,9%	76,9%
		Total	5,8%	34,6%	21,2%	15,4%	76,9%
	Não	Válidos	1	2	8	1	12
		Votou nas últimas eleições	8,3%	16,7%	66,7%	8,3%	100,0%
		Frequência que discute assuntos políticos	25,0%	10,0%	42,1%	11,1%	23,1%
		Total	1,9%	3,8%	15,4%	1,9%	23,1%
	Total	Válidos	4	20	19	9	52
		Votou nas últimas eleições	7,7%	38,5%	36,5%	17,3%	100,0%
Frequência que discute assuntos políticos		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Total		7,7%	38,5%	36,5%	17,3%	100,0%	

Como consta na tabela 47 em relação à participação nas eleições através do voto a percentagem é bastante optimista e de vez em quando discutem assuntos políticos, o que significa que apesar de não estarem motivados para integrarem um partido político,

quando são chamados para exercer os seus compromissos cívicos os jovens participam. Em relação à discussão de assuntos políticos verifica-se que os jovens de vez em quando discutem esses assuntos e mais se verifica que os jovens que votam são aqueles que mais discutem os assuntos políticos. Contudo, apesar de existir uma percentagem significativa de jovens que raramente discutem assuntos políticos, são os jovens que cumprem com o seu dever cívico do voto.

Ainda se comparou a confiança que os jovens associados têm em relação ao futuro do nosso país com o que poderiam contribuir para um futuro melhor (tabela 48).

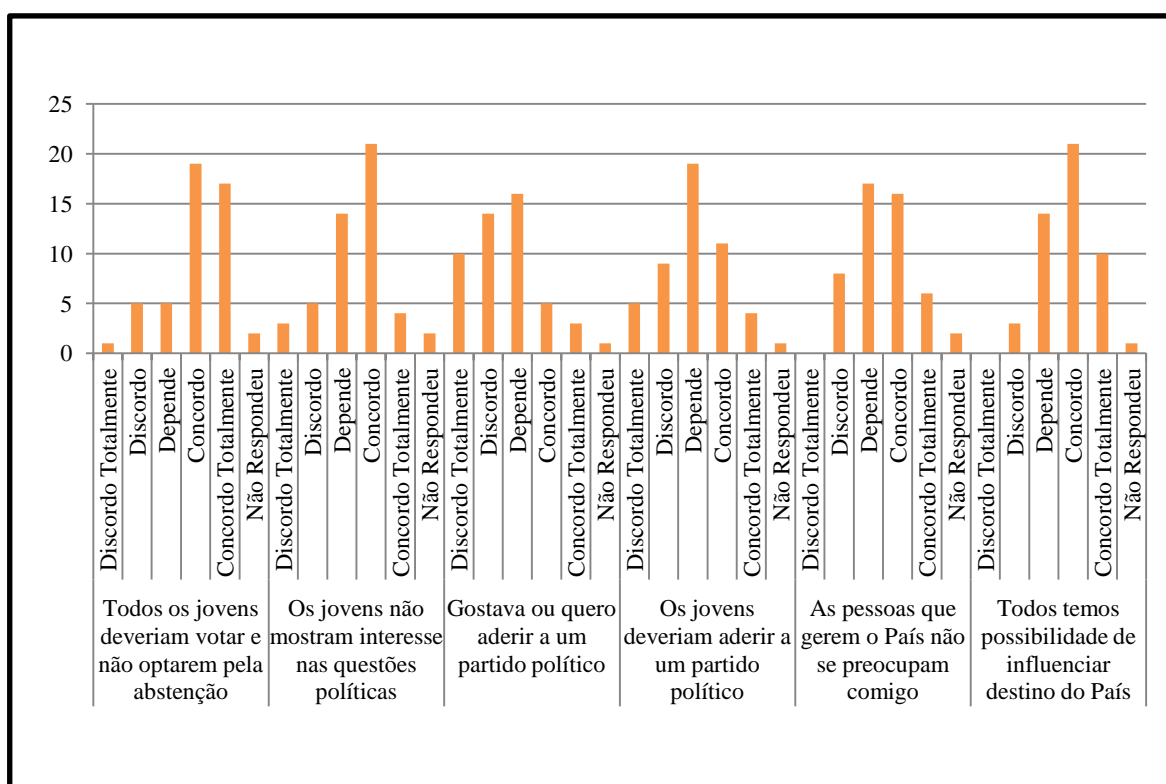
Tabela 48 - Tem confiança no futuro do País * Posso contribuir para um futuro melhor do País				
Tem confiança no futuro do País		Posso contribuir para um futuro melhor do País		Total
		Sim	Não	
Muito	Válidos	1	1	2
	Tem confiança no futuro do País	50,0%	50,0%	100,0%
	Posso contribuir para um futuro melhor do País	4,3%	3,4%	3,8%
	Total	1,9%	1,9%	3,8%
Bastante	Válidos	7	4	11
	Tem confiança no futuro do País	63,6%	36,4%	100,0%
	Posso contribuir para um futuro melhor do País	30,4%	13,8%	21,2%
	Total	13,5%	7,7%	21,2%
Pouco	Válidos	8	11	19
	Tem confiança no futuro do País	42,1%	57,9%	100,0%
	Posso contribuir para um futuro melhor do País	34,8%	37,9%	36,5%
	Total	15,4%	21,2%	36,5%
Muito Pouco	Válidos	6	9	15
	Tem confiança no futuro do País	40,0%	60,0%	100,0%
	Posso contribuir para um futuro melhor do País	26,1%	31,0%	28,8%
	Total	11,5%	17,3%	28,8%
Nada	Válidos	1	4	5
	Tem confiança no futuro do País	20,0%	80,0%	100,0%
	Posso contribuir para um futuro melhor do País	4,3%	13,8%	9,6%
	Total	1,9%	7,7%	9,6%
Total	Válidos	23	29	52
	Tem confiança no futuro do País	44,2%	55,8%	100,0%
	Posso contribuir para um futuro melhor do País	100,0%	100,0%	100,0%
	Total	44,2%	55,8%	100,0%

Nesta tabela verifica-se uma confiança negativa a um futuro melhor para o nosso País e a uma possível contribuição dos jovens. Assim como consta na tabela 48, verifica-se que os jovens que têm muita e bastante confiança num futuro melhor do

nosso país são aqueles que respondem sim para darem um contributo. Ao contrário dos jovens que respondem que têm pouco, muito pouco e nada na confiança no futuro do nosso país respondem que também não podem contribuir para um futuro melhor. Em relação ao contributo já se referiu no sub-capítulo anterior na tabela 25 e os mais mencionados são através do voto, participar em assuntos que possam melhorar o país e por em prática e divulgar as ideias dos jovens.

Achou-se também importante para explicar esta hipótese retirar as afirmações da pergunta 27 relacionadas com os compromissos cívicos, nomeadamente referidas a questões políticas.

Gráfico 6 - Opinião em relação aos compromissos cívicos



Pode verificar-se no gráfico 6 que apesar de os jovens mostrarem um certo desinteresse pela vida política, neste gráfico verifica-se que quando se pergunta se todos os jovens devem votar a maioria concorda; eles concordam que a maioria dos jovens não mostra interesse por questões políticas, contudo na afirmação gostava ou quero

aderir a um partido político e todos os jovens deveriam aderir a um, a opção depende é a que tem mais respostas o que se pode concluir que os jovens não mostram um total desinteresse, pois poderiam discordar com as afirmações, mas responderam depende. Mais se verifica que na questão 18 (posso contribuir para um futuro melhor do nosso país), houve mais respostas negativas, contudo na afirmação todos temos possibilidade de influenciar o destino do País a maioria concordou. Verifica-se também neste gráfico que na afirmação as pessoas que gerem os país não se preocupam comigo verifica-se aqui uma tendência mais pessimista pois a opção depende e concordo têm quase o mesmo número de respostas.

Pode concluir-se que os jovens associados não são aqueles que fazem parte de um partido político, nem são os que mais querem contribuir para um futuro melhor do nosso país, contudo quando são chamados a exercer o seu dever de voto eles fazem-no e alguns também discutem assuntos políticos contudo não muito. É importante verificar que nota-se que existe um desinteresse político por parte dos jovens, talvez por estes não serem motivados para tal, pois eles não põem de lado o facto de integrarem o partido político.

Tendo em conta os resultados obtidos e o enquadramento apresentado, concluímos que a hipótese 3 não se verifica e, portanto, os jovens associados não têm um comportamento cívico e um capital social significativos.

5.2.4. Relação entre o associativismo e as expectativas

A quarta hipótese: os motivos que levam os jovens ao associativismo prendem-se com o facto de reconhecerem que as expectativas e as oportunidades esperadas são alcançadas. De modo a verificar a hipótese quatro analisamos estatisticamente os

motivos do ingresso dos jovens na associação, as suas expectativas iniciais e o grau de concretização das mesmas. Os dados são apresentados e interpretados de seguida.

Tabela 49 - Motivos que levaram a integrar a associação		
	%	
Motivos	Sim	Não Respondeu
Curiosidade	83,70	17,3
Divertimento	88,50	11,5
Aprendizagem	82,70	17,3
Convívio	92,30	7,7
Fazer novas amizades	78,80	21,2
Ser diferente	65,40	34,6
Combater a solidão	63,50	36,5
Um desafio	78,80	21,2
Trabalho em equipa	73,10	26,9
Interagir com os outros	80,80	19,2
Ajudar os outros	73,10	26,9

Os três principais motivos mais apontados pelos inquiridos para o seu ingresso na associação foram o convívio para 92,30% dos inquiridos, o divertimento segundo 88,50% e a curiosidade para 83,70% dos jovens estudados. Nesta questão os inquiridos tinham a possibilidade de apontar mais de um motivo, sendo que os motivos assinalados foram as modalidades de resposta mais observadas. Pelos dados observados da tabela 49 todos os motivos elencados se enquadravam em cenários de resposta significativos, uma vez que em todos se registaram valores significativos.

Tabela 50 - Expectativas alcançadas	
	%
Sim	88,5
Não	7,7
NR	3,8
Total	100

Os dados da tabela 50 revela o grau de expectativas alcançadas de entre os inquiridos. Verifica-se que uma percentagem significativa dos indivíduos alcançou as suas expectativas 88,5%. Pelo contrário 7,7% dos inquiridos revela não ter atingido as expectativas que tinha quando integrou a associação e 3,8% dos jovens inquiridos não respondeu.

Tabela 51 - Expectativas Iniciais	
Expectativas	%
Mais equipamento, para por em prática os conhecimentos	1,92
Mais formação profissional	1,92
NR	3,85
Total	7,69
Missing System	92,31
Total	100

Esta questão foi respondida apenas pelos inquiridos que não obtiveram as expectativas esperadas quando ingressaram na associação. Conforme os dados apresentados na tabela 51, verificamos que este grupo de inquiridos esperava obter na associação mais formação profissional e dispor de equipamentos que permitissem por em prática os seus conhecimentos, em ambas as modalidades de resposta registou-se 1,92%. Do total de 7,69% inquiridos que revelou não ver cumpridas as suas expectativas, não responderam a esta questão 3,85% dos jovens.

Perante os dados observados, concluímos que os principais motivos que levam os jovens ao associativismo prendem-se com o facto de reconhecerem que as expectativas e as oportunidades esperadas são alcançadas, em 88,5% dos inquiridos, o que prova que a hipótese se verifica.

5.2.5. Relação entre o associativismo e a satisfação

A quinta hipótese: o associativismo proporciona aos jovens satisfação e bem-estar. No sentido de verificar a hipótese 5 analisamos as questões sobre o nível de satisfação dos jovens na sua vida pessoal e a influência da associação na sua felicidade e bem-estar.

Nível de satisfação	%
Muito satisfeito	53,8
Razoavelmente satisfeito	34,6
Não muito satisfeito	1,92
Não Respondeu	9,62
Total	100

De acordo com a tabela 52, a maioria dos jovens inquiridos (53,8%) mostra-se *muito satisfeito* na sua vida pessoal, enquanto 34,6% estão *razoavelmente satisfeitos*, uma percentagem também significativa 1,92% dos jovens mostra-se não muito satisfeito e 9,62% dos inquiridos não respondeu.

Grau de influência	%
Bastante	51,92
Razoavelmente	28,85
Um pouco	13,46
Não Respondeu	5,77
Total	100

Os dados da tabela 53 mostram o grau de influência que, segundo os inquiridos, a associação tem no seu bem-estar e na sua felicidade. Para 51,92% dos jovens associados a associação tem *bastante* influência no seu bem-estar e felicidade, enquanto 28,85% dos inquiridos indica que tem uma influência *razoável* e 13,46% apontas *um pouco* de influência. Nesta questão 5,77% dos jovens não responderam.

Perante a análise destas duas variáveis concluímos que no geral o associativismo proporciona aos jovens satisfação e bem-estar na sua vida pessoal, pois 53,8% sente muita satisfação na sua vida pessoal e 51,92% sente que a exerce bastante influência na sua felicidade e bem-estar, o que a hipótese se verifica.

CONCLUSÃO

Pretendeu-se através desta investigação analisar a influência do associativismo na participação cívica dos jovens em meio rural. Desta maneira, numa retrospectiva histórica do associativismo em Portugal abordaram-se alguns conceitos e perspectivas dos autores e a importância que as associações têm tido ao longo dos anos para a humanidade. A participação cívica foi abordada em três vertentes: capital social, comunidade cívica e cidadania, assim conseguiu-se destacar a importância do conceito através de várias perspectivas. Por último, a faixa etária a juventude foi caracterizada a nível psicológico e social e ainda se abordaram estudos realizados com a juventude e a participação cívica.

Voltando ao objectivo desta investigação relembramos que nos propusemos a atingir: objectivo geral: analisar os impactos que o associativismo tem na participação cívica dos jovens em meio rural, este objectivo geral foi desagregado em quatro objectivos específicos: 1) identificar os principais motivos que levam os jovens a integrar uma associação; 2) verificar se a integração dos jovens numa associação os ajuda no dever dos compromissos cívicos; 3) verificar se o facto de os jovens pertencerem a uma associação os torna mais sensíveis em relação ao respeito pelo outro e pela sociedade e 4) avaliar se a pertença a uma associação torna os jovens mais solidários, tolerantes e confiantes.

Em relação ao primeiro objectivo conseguiu-se identificar os motivos que levam os jovens a integrar uma associação: a curiosidade, a aprendizagem, o convívio, o divertimento, fazer novas amizades, um desafio e o trabalho em equipa foram os motivos que os jovens mais mencionaram. Na nossa perspectiva os jovens assinalam a curiosidade como um dos primeiros motivos pois é mesmo esse o motivo que os leva a

integrar uma associação, ou seja, a curiosidade do que poderá fazer parte daquele grupo ou o que poderão eles “ganhar” com isso, tudo o resto vem por acréscimo. Assim, o divertimento, aprendizagem, o convívio, as novas amizades e todos os outros motivos são já consequências dessa integração que se transformam em motivos de integração e de continuação da pertença à associação. E como verificamos na parte teórica, os jovens têm necessidade da pertença a um grupo, neste caso o grupo é a associação que lhes proporciona as vantagens referidas. Podemos assim concluir que este objectivo foi concretizado com êxito.

No que concerne ao segundo objectivo, “verificar se a integração dos jovens numa associação os ajuda no dever dos compromissos cívicos” podemos verificar os compromissos cívicos através de várias questões do inquérito. Assim no que diz respeito à participação dos jovens associados na vida política, a integração num partido ficou muito aquém das expectativas. Dos 52 jovens inquiridos só 5 é que integram um partido político e os motivos que assinalaram são vários, desta maneira pode concluir-se que o facto de os jovens integrarem uma associação não faz com que estes estejam mais motivados para integrarem um partido político. Mais se verifica que a discussão de assuntos políticos também ficou aquém das expectativas, uma vez que a opção de vez em quando e raramente têm quase o mesmo número de resposta, o que se verifica que não existe motivação por parte dos jovens na discussão de assuntos políticos. A confiança do futuro do País é bastante baixa no que se nota uma desvalorização do futuro. Contudo é importante referir que apesar desta desmotivação em relação à política do nosso país os jovens associados cumprem com o seu dever de voto. Assim, este objectivo torna-se difícil de explicar a sua concretização, pois se inicialmente se verifica uma desmotivação pela política o que nos leva a pensar que a associação não ajuda os jovens nos compromissos cívicos, por outro lado eles cumprem com o seu

dever de voto e existe concordância que os jovens deveriam fazer parte de um partido político, contudo, a maioria dos jovens inquiridos não o faz. Quiçá, este objectivo teria de ser abordado num futuro mais pormenorizadamente, talvez através de outras questões para se tornar mais clara a sua análise.

Em relação ao terceiro objectivo, “verificar se o facto de os jovens pertencerem a uma associação os torna mais sensíveis em relação ao respeito pelo outro e pela sociedade” verifica-se que os jovens associados têm respeito pelo outro: prestam auxílio a idosos, crianças e a seres vivos quando necessitam e acham que todos os cidadãos devem ser tolerantes uns para os outros; em relação à comunidade não atiram lixo para o chão, quando possível fazem reciclagem, acham que existe respeito pelas autoridades e respeitam as leis e regras de trânsito, também acham que o cidadão comum consegue produzir mudanças na sociedade, fazem acções para serem úteis na sociedade e interessam-se pela localidade onde habitam. Na nossa opinião este objectivo através destas afirmações demonstrou claramente que os jovens associados são sensíveis a questões relacionadas com o outro e com a sociedade.

Por último, temos o quarto objectivo, “avaliar se a pertença a uma associação torna os jovens mais solidários, tolerantes e confiantes”, para avaliar este último objectivo analisou-se as respostas dos jovens estudados em relação às suas características positivas e negativas. Em relação às características positivas dos jovens associados assinalaram a opinião bastante e de seguida muito. Assim, as características que o quarto objectivo refere são: solidário e ao jovens associados assim o são bastante, tolerantes são bastante e confiantes também bastantes. Em relação às cinco características negativas apresentadas aos jovens, têm uma maioria de respostas na opção nada e de seguida muito pouco, existe ainda a característica orgulhoso que se destaca na opção bastante, contudo não é uma característica negativa tão relevante

comparando com as outras. Para concluir, verifica-se que o quarto objectivo é cumprido, avaliando assim que os jovens associados têm características positivas na sua personalidade, nomeadamente são solidários, tolerantes e confiantes, tendo também outras características positivas como simpáticos, sociáveis, cooperantes, amigos, dinâmicos, pontuais e optimistas, negando que são arrogantes, antipáticos, invejosos e egoístas.

Em relação às cinco hipóteses que nos propusemos investigar, sinteticamente, a hipótese três: os jovens associados têm compromissos cívicos que os levam a cumprir os seus deveres, tais como votar, confiança nos políticos e no país, porque têm uma atitude relacionada com capital social mais significativa; não se verificou na totalidade, uma vez que apesar da maioria dos jovens cumprir com o seu dever de voto, mas a confiança no país e a discussão e participação em assuntos políticos é negativa ou quase inexistente. As outras quatro hipóteses: 1) os jovens que fazem parte de associações possuem características positivas tais como: solidariedade, confiança e tolerância na relação com os outros; 2) existem relações positivas no respeito uns pelos outros, não existindo nos jovens associados a superioridade individual; 4) os motivos que levam os jovens ao associativismo prendem-se com o facto de reconhecerem que as expectativas e as oportunidades esperadas são alcançadas; 5) o associativismo proporciona aos jovens satisfação e bem-estar na sua vida pessoal; foram verificadas com êxito, pois os jovens associados possuem características positivas, têm respeito pelo outro e pela sociedade não se encontrando superioridade individual nos jovens associados, as expectativas e as oportunidades que os jovens esperavam ao integrarem uma associação foram alcançadas e por último a associação proporciona aos jovens bem-estar e satisfação na sua vida pessoal.

Em suma, existem impactos que o associativismo tem na participação cívica dos jovens em meio rural, os impactos são variados e verificam-se mais numas vertentes que noutras. Em relação ao impacto relativo à participação na vida política e no interesse demonstrado tem de se analisar que é negativo, ou seja os jovens não fazem parte de partidos políticos, discutem raramente esses assuntos, e a confiança do futuro do país é pouca, contudo cumprem com o seu dever de voto e até concordam que os jovens deveriam fazer parte de um partido político, e apesar de não existir uma maioria que acha que pode contribuir para um futuro melhor do País a percentagem entre o sim e o não é pouca o que podemos analisar que alguns jovens pensam em contribuir. A seguir a esta análise mais negativa, verifica-se que os jovens associados apesar de admitirem que a maneira de ser não muda depois de integrar uma associação verifica-se que na sua grande maioria possuem características positivas na sua personalidade, preocupam-se com o outro e com a sociedade envolvente, a associação proporciona-lhes satisfação na sua vida pessoal e influência para melhor a sua felicidade e bem-estar. Com isto, podemos concluir que o associativismo tem alguma influência na participação cívica, só o facto de o jovem se associar, de gostar de conviver, de se preocupar com o outro e com a sociedade faz dele um jovem activo na comunidade. Podemos também concluir que no que concerne à participação cívica política poderá o associativismo não ter alguma influência, contudo não podemos ignorar o facto de o mundo estar a passar por uma crise global e uma vaga de desemprego crescente o que incute aos jovens muita insegurança e revolta com as políticas existentes. Na nossa opinião os jovens procuram nas associações uma vida mais activa onde podem conviver, fazer novas amizades e novas aprendizagens ao mesmo tempo que se tornam jovens tolerantes uns para com os outros, que se preocupam com o meio ambiente, fazem acções úteis para a sociedade,

respeitam as regras e leis da sociedade e isso é ser um cidadão com uma participação cívica na sociedade.

Como verificamos na parte teórica a participação cívica (capital social, a comunidade cívica e a cidadania) não se resume apenas ao facto de direitos e deveres que o cidadão tem para com a sociedade. As normas; os valores sociais de cada cidadão; as atitudes face ao outro e à comunidade: tais como a solidariedade, confiança, sentido de compreensão e mudança; reconhecimento das desigualdades sociais; integrar um grupo social ou uma associação, entre muitas outras características é o que também define a participação cívica. Os jovens associados que fizeram parte desta investigação possuem em grande número muitas características relativas à participação cívica, poderão não possuir algumas, contudo temos que ter em atenção que todos os seres humanos possuem características positivas e negativas. Acreditamos, face a esta investigação, que os jovens associados estudados (tal como refere Nogueira; Silva; 2001:106) desfrutam de princípios de vida como a *paz, harmonia, respeito e tolerância*, sendo princípios essenciais para a participação cívica.

Existiram alguns limites nesta dissertação, como o tempo de concretização, não sendo fácil conciliar a vida profissional, a investigação e os cumprir os limites de prazo de entrega. Existiu também algum problema em encontrar certas obras relacionadas com tema, existe muitas obras que se referem às associações, nomeadamente referências históricas, contudo o associativismo juvenil e as suas consequências no jovem e na sociedade ainda são pouco debatidas no nosso país, existem algumas obras de autores estrangeiros que abordam pormenorizadamente este tema, mas para quem não domina integralmente outras línguas dificulta a sua compreensão.

Assim, sugerimos que num futuro próximo esta investigação seja um caminho para outras investigações, nomeadamente estudar o associativismo e a participação

cívica na vida política, pois foi um ponto que não ficou muito bem esclarecido nesta investigação e seria importante o seu estudo.

Para finalizar, só queremos assinalar que a presente investigação não dá resposta definitiva às questões levantadas, mas esperamos que incentive à realização de mais estudos que focalizem e aprofundem esta relação entre o associativismo e a participação cívica dos jovens, contudo achamos que face a esta investigação, os objectivos propostos foram alcançados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria Paula (1995) *Políticas de Juventude, Associativismo Juvenil e Turismo de Jovens*, Provas de Aptidão Científica e Capacidade Pedagógica, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

ALBUQUERQUE, Martim de (1998), *Enciclopédia Verbo Luso – Brasileira da Cultura*, Edição Século XXI, Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA (2004), "Movimentos colectivos na era da globalização" in Actas do V Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção, realizado em Braga nos dias 12 a 15 de Maio de 2004, p. 61-67.

BANDAS FILARMÓNICAS, "Ass. Filarmónica, Cultural, Rec. e Hum. de Nagoselo do Douro". [Consultado em 10 de Fevereiro de 2011]. Disponível em <http://www.Bandasfilarmonicas.com>.

BANDAS FILARMÓNICAS, "Associação Filarmónica de Tarouca". [Consultado em 10 de Fevereiro de 2011]. Disponível em <http://www.Bandasfilarmonicas.com>.

BARBALET, J.M (1989), *A Cidadania*, Lisboa: Editorial Estampa.

BARROS, Carlos Pestana; SANTOS, J.C. Gomes (1998), *O Mutualismo Português: Solidariedade e Progresso Social*, Lisboa: Editora Vulgata, Lda.

BARROS, Carlos Pestana; SANTOS, J.C. Gomes (1999), *Cooperativismo, Emprego e Economia Social*, Lisboa: Editora Vulgata, Lda.

BOTELHO, Afonso (1979), *Origem e Actualidade do Civismo*, Lisboa: Edições Terra Livre.

BOURDIEU, Pierre (1980), "Le Capital Social – Notes provisoires" in *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 1, p. 2-3.

BOURDIEU, Pierre (2001), *Razões Práticas – Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras: Celta Editora.

CABRAL, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

CABRAL, Manuel Villaverde; PAIS, José Machado (1998), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras: Celta Editora

CARVALHO, João Rebello; BARBOSA, Luís Marques; GERALDES, Fernanda Costa (1990), *A Formação do Jovem – Um modelo interactivo*, Rio Tinto: Edições ASA.

COELHO, Sandra – *Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo in FÓRUM ASSOCIATIVISMO*, 31 de Maio de 2008 – Resultados de Investigação. Santa Maria da Feira: O Movimento Associativo em Portugal e na Galiza, 2008, p. 1-18.

COLEMAN, James S. (1988) “Social Capital in Creation of Human Capital” in *American Journal of Sociology*, volume 94, p.95-120.

COLEMAN, James S.; HUSÉN, Torsten (1985), *Tornar-se adulto numa sociedade em mutuação*, Porto: Edições de Afrontamento.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, “Livro Branco - Um novo impulso à juventude europeia: balanço das acções desenvolvidas no quadro da cooperação europeia em matéria de juventude”. 2001[Consultado em 15 de Julho de 2011]. Disponível em URL: <http://eur-lex.europa.eu/>.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2001) *Educação e Associativismo – Para além da escola...*, Editora: Ministério da Educação.

CORREIA, Sofia (2007), *Capital Social e Comunidade Cívica, o círculo virtuoso da cidadania*, Lisboa: Editor Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

COSTA, J. Almeida; MELO, A. Sampaio (1987), *Dicionário da Língua Portuguesa*, 6ª Edição, Porto: Porto Editora.

COUTINHO, Manuela (2003), *A Economia Social em Portugal*, Lisboa: CPIHTS Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social e APSS Associação dos Profissionais de Serviço Social.

CRUZ, Manuel Braga (1985) “A participação política da juventude em Portugal” in *Análise Social*, volume 21, nº3-4-5,p.1067-1088.

CRUZ, Manuel Braga (1990) “A participação política da juventude em Portugal – as elites políticas juvenis” in *Análise Social*, volume 25, nº1-2,p.223-249.

DIAS, Maria Olívia (2008), *Manual de Sugestões para Estudantes*, Viseu: Psicossoma.

DIAS, Maria Olívia (2009), *O Vocabulário do Desenho de Investigação*, Viseu: Psicossoma.

DIAS, Maria Olívia (2010), *Planos de Investigação. Avançando passo a passo*, Santa Maria da Feira: Rainho & Neves, Lda.

DIAS, Rodrigo Araújo (2005), “A comunidade cívica: o círculo virtuoso democrático da eficácia institucional” in *Org & Demo*, volume 6, nº 1/2, p.69-82.

DURKHEIM, Emile (1977), *A Divisão do Trabalho Social I*, Lisboa: Editorial Presença, Lda.

ESPADA, João Carlos (2004), *Direitos Sociais de Cidadania*, 2ª Edição, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS, “Perfil do associativismo português”, [Consultado em 27 de Maio de 2011]. Disponível em URL: <http://www.fnaj.pt>

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS, “Políticas da Juventude – Programa do movimento associativo Juvenil”. [Consultado em 16 de Julho de 2010]. Disponível em ULR: <http://www.fnaj.pt/images/stories/biblioteca/pub-8enaj.pdf>.

FERNANDES, António Sérgio Araújo (2000), “A comunidade Cívica em Walzer e Putnam” in *Lua Nova*, nº5, p.71-170.

FERREIRA, Pedro Moura (2008), “Associações e Democracia”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 57, p.109-130.

FLACKS, DICK (2005), “A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº72, p.45-66.

FORTIN, M. (2000), *O Processo de Investigação – Da concepção à realização*, Loures: Lusociência.

FREY, Klaus (2003) “Capital Social, comunidade e democracia” in *Política e Sociedade*, nº 2, p.175-187.

GOHN, Maria da Glória (2001), *Educação Não - Formal e Cultura Política: Impactos sobre o associativismo do terceiro sector*. 2.^a Edição, São Paulo: Cortez Editora.

GONÇALVES, José Augusto (2003), *A Educação Cívica Segundo António Sérgio: Sua Actualidade*, Lisboa: Editor Instituto António Sérgio de Sector Cooperativo.

HUALDE, António Carlos (1989), *A Psicologia do Jovem*, Lisboa: Edições Paulistas.

JALALI, Carlos (2005), “Nova governação, nova cidadania? Os cidadão e a política em Portugal” in *Revista de Estudos Politécnicos*, volume 2, nº4, p.29-38.

LABRA, Maria Eliana; FIGUEIREDO, Jorge St.Aubyn (2002), “Associativismo, participação e cultura cívica – O potencial dos conselhos de saúde” in *Ciência & Saúde Colectiva*, nº 7, p. 537-547.

LAVALLE, Adrián Gurza (2003), “Cidadania, Igualdade e Diferença” in *Lua Nova*, nº59, p.75-93.

LOPES, José da Silva (1996), *A Economia Portuguesa desde 1960*, Lisboa: Grávida – Publicações Lda.

MELO, Daniel – *Longe da vista, perto do coração: o associativismo regionalista no Império Português* in VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 16,17,18 de Setembro de 2004 – Livro de Resumos. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2004, p. 1-12.

MELO, Daniel (2006), “Aquém do Marão – “O associativismo regionalista transmontano em Portugal e na diáspora” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 50, p.67-87.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL; INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2001), *Guia para o Associativismo*, Lisboa: IDS.

MITCHELL, G. Duncam (1998), *Novo Dicionário de Sociologia*, Porto: Rés - Editora, Lda.

MOISÉS, José Álvaro (2005), “Cidadania, Confiança e Instituições Democráticas” in *Lua Nova*, nº65, p.71-94.

MONTEIRO, Alcides. A. (2004), *Associativismo e Novos Laços Sociais*, Coimbra: Quarteto Editora.

MOURO, Helena (2001), *Solidariedade e Mutualismo: um espaço partilhado*, Coimbra: Quarteto Editora.

NOGUEIRA, Conceição; SILVA, Isabel (2001), *Cidadania: construção de novas práticas em contexto educativo*, Porto: Edições Asa.

NUNES, Francisco *et al* (2001) *O Terceiro Sector em Portugal: Delimitação, Caracterização e Potencialidades*, Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

PAIS, José Machado (1990), “A construção sociológica da juventude – alguns contributos” in *Análise Social*, volume 25, nº1-2, p.139-165.

PAIS, José Machado (2005), “Jovens e Cidadania” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 49, p.53-70.

PINHO, Paulo, “O Associativismo: Conceitos, Princípios e Tipologias”. 2007 [Consultado em 02 de Março de 2011]. Disponível em URL: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/1658411-associativismo-conceitosprinc%3%ADpiostipologias/#ixzz1Z8h59SKV>.

PUTNAM, Robert D. (1993), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton: Princeton University Press.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1995), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Grávida.

RAMOS, Rui Moura (1998), *Enciclopédia Verbo Luso – Brasileira da Cultura*, Edição Século XXI, Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo.

REIS, Bruno Pinheiro W. (2003) “Capital Social e confiança: questões de teoria e método”, in *Revista de Sociologia e Política*, nº21, p.35-49.

RIBEIRO, Marlene (2002), “Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais” in *Educação e Pesquisa*, volume 28, nº 2, p.113-128.

ROSENDO, Vasco (1996), *O Mutualismo em Portugal*, Lisboa: Montepio Geral

RYCHLOWSKI, Bruno (S/D), *Personalidade e Valor Humano*, Coleção Mundo Jovem.

SAVATER, Fernando (1991), *Ética para um Jovem*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

SAVATER, Fernando (1992), *Política para um Jovem*, Lisboa: Editorial Presença.

SIMMEL, Georg (1971), “On Individuality and Social Forms” in *The University of Chicago Press*, p. 143-149.

SIMMEL, Georg (1977), *Sociologia – Estudos sobre las formas de sociabilizacion*, Madrid: Ediciones Castilla, S.A.

TAROUCA, “Folclore e Tradição no concelho de Tarouca - Flor do Sabugueiro”. [Consultado em 10 de Fevereiro de 2011]. Disponível em <http://tarouca.com.Sapo.pt/cultura.htm>)

TEDESCO, João Carlos (2007), “Georg Simmel e as ambiguidades da modernidade” in *Ciências Sociais Unisinos*, nº 43, p.57-67.

TEXTO, Editora (1999), *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Texto Editora.

TOCQUEVILLE, Alexis de (2002), *Da Democracia na América*, Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.

VALA, Jorge; CABRAL, Manuel Villaverde; RAMOS, Alice (2003), *Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

VIEGAS, José Manuel Leite (1986), “Associativismo e Dinâmica Cultural” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 1, p.103-121.

WIKIPEDIA, “Normandos”. [Consultado em 20 de Agosto de 2011]. Disponível em URL:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Normandos>.

APÊNDICE

Inquérito

Este questionário insere-se na dissertação de Mestrado em Serviço Social que tem como objectivo analisar e identificar a influência do associativismo na participação cívica nos jovens em meio rural. Peço a sua colaboração para responder a algumas questões sobre a sua vida associativa e a sua participação cívica. Este questionário é anónimo e confidencial e será único e exclusivamente usado para este estudo. Obrigado pela sua colaboração.

Nº Quest. _____

1. Sexo:

Feminino	<input type="checkbox"/>
Masculino	<input type="checkbox"/>

2. Idade:

18 -20	<input type="checkbox"/>
21 - 23	<input type="checkbox"/>
24 – 25	<input type="checkbox"/>

3. Estado Civil:

Solteiro	<input type="checkbox"/>
Casado	<input type="checkbox"/>
Viúvo	<input type="checkbox"/>
União de facto	<input type="checkbox"/>
Outro	<input type="checkbox"/>

4. Ocupação Profissional:

Estudante	<input type="checkbox"/>
Empregado	Profissão <input type="checkbox"/>
Desempregado	Profissão Antes <input type="checkbox"/>

5. Habilitações Literárias:

1º Ciclo (antiga 4ª Classe)	
5º ao 6º	
7º ao 9º	
10º ao 12º	
A frequentar Ensino Superior	
Ensino Superior Concluído	

6. Tem hábitos de leitura?

Sim	
Não	

7. Se sim, o que costuma ler?

Apenas os livros escolares	
Livros	
Jornais	
Revistas	
Outros. Quais?	

8. A Religião é importante para si?

Sim	
Não	

9. Costuma ver televisão?

Sim	
Não	

10. Se sim, que programas televisivos é que costuma ver?

Filmes	
Notícias	
Telenovelas	
Desporto	
Outro. Qual?	

11. Tem acesso à internet?

Sim

Não

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

12. Se sim, com que frequência utiliza a internet?

Todos os dias

Três a quatro vezes por semana

Duas vezes por semana

Uma vez por semana

Raramente

Nunca

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

13. Está inserido(a) nalgum partido político?

Sim

Não

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

14. Se sim, quais os motivos que o levaram a pertencer ao partido político?

Opinião	Assinale com um X
Tradição de familiar	
Curiosidade	
Aprendizagem	
Convívio	
Fazer novas amizades	
Ser diferente	
Ajudar o País	
Um desafio	
Trabalho em Equipa	
Outros. Quais?	

15. Votou nas últimas eleições?

Sim

Não

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

16. Com que frequência discute assuntos políticos?

Frequentemente	
De vez em quando	
Raramente	
Nunca	

17. Sente-se confiante em relação a um futuro do nosso país?

Muito	
Bastante	
Pouco	
Muito Pouco	
Nada	

18. Acha que de alguma maneira pode contribuir para um futuro melhor do nosso país?

Sim	
Não	

19. Se respondeu sim, pode-me especificar o contributo.

20. Associação que frequenta?

21. Há quanto tempo frequenta esta Associação?

Menos de um ano	
Um a dois anos	
Três a cinco anos	
De seis a dez anos	
Mais de dez anos	

22. Além desta Associação integra mais alguma associação?

Sim

Não

23. Se respondeu Sim à pergunta anterior, pode-me dizer quais?

24. Assinale quais os motivos que o levaram a integrar uma associação?

	Assinale com X
Curiosidade	
Divertimento	
Aprendizagem	
Convívio	
Fazer novas amizades	
Ser diferente	
Combater a solidão	
Um desafio	
Trabalho em Equipa	
Interagir com os outros	
Ajudar os outros	
Outros. Quais?	

25. Obteve as expectativas que esperava quando ingressou na associação?

Sim

Não

Se não, quais eram as suas expectativas?

26. Como descreve a sua personalidade em relação às pessoas/comunidade em que está envolvido?

	Muito	Bastante	Pouco	Muito Pouco	Nada
Simpático					
Sociável					
Confiante					
Tolerante					
Solidário					
Cooperante					
Satisfeito					
Arrogante					
Antipático					
Tenho em atenção os outros.					
Invejoso					
Egoísta					
Orgulhoso					
Amigo					
Dinâmico					
Pontual					
Optimista					

27. Perante as afirmações seguintes, assinale a sua opinião.

Opinião	Discordo Totalmente	Discordo	Depende	Concordo	Concordo Totalmente
Não se deve atirar lixo para o chão.					
Se encontro um ser vivo, feridos ou moribundos, à espera de assistência vou prestar-lhe auxílio.					
Ajudo um idoso já sem forças ou uma criança que me pede auxílio.					
Sempre que possível separo o lixo para a reciclagem.					
Frequento uma associação porque me ajuda na minha maneira de ser.					
Todos os jovens deveriam integrar uma associação.					
Todos os jovens deveriam votar e não optarem pela abstenção.					
Os jovens não mostram interesse nas questões políticas.					
Gostava ou quero aderir a um partido político.					
Os jovens deveriam aderir a um partido político para expressarem a sua vontade.					
As pessoas que geram o país não estão preocupadas comigo.					
O cidadão comum consegue produzir mudanças na sociedade.					
Existe respeito pelas Autoridades.					
Eu respeito as leis e as regras de trânsito.					
Todos temos a possibilidade de influenciar o destino do país.					
Faço acções para ser útil para a sociedade.					
Interesso-me pela minha localidade.					
Todos os cidadãos devem ser tolerantes uns para com os outros.					

28. Acha que as oportunidades que os jovens têm para se associarem são:

Muito Boas	
Boas	
Más	
Muito Más	
Não Sabe	

29. Acha que o facto de integrar uma associação fez com que a sua maneira de ser mudasse?

Opinião	Antes de integrar uma associação	Depois de integrar uma associação
Faço amizades com facilidade.		
Tenho muitos amigos.		
Gosto de conviver.		
Sou simpático.		
Preocupo-me com a minha vida escolar/ profissional.		
Preocupo-me com o meu futuro.		
Sou solidário.		
Estou ou pretendo ajudar a melhorar a vida política do nosso país.		
Preocupo-me em preservar o ambiente.		
Fico indignado com as injustiças.		
Sinto-me incomodado com certas realidades como a fome, a pobreza e a exclusão social.		

30. De um modo geral, sente-se satisfeito com a sua vida pessoal?

Muito satisfeito	
Razoavelmente satisfeito	
Não muito satisfeito	
Totalmente insatisfeito	

31. De que maneira a associação que insere influência a felicidade e o bem-estar na sua vida?

Bastante	
Razoavelmente	
Um pouco	
Nada	

32. Em termos pessoais podem dizer quais as vantagens e as desvantagens de um jovem fazer parte de uma associação?

Vantagens:

Desvantagens:
